

CONTAS CONSOLIDADAS 2014

| | |
|--|----|
| 1. RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO | 5 |
| 2. BALANÇO CONSOLIDADO | 19 |
| 3. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA | 25 |
| 4. MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO E OPERAÇÕES FINANCEIRAS | 29 |
| 5. ANEXO ÀS CONTAS CONSOLIDADAS | 33 |

1. RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

1. INTRODUÇÃO

Nos termos da legislação aplicável, nomeadamente a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais) e da Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho (orientação genérica relativa à consolidação de contas no sector público) elaborou-se o seguinte relatório cujo objetivo é apresentar as contas do Município integradas com as contas das entidades participadas e que incorporam o perímetro de consolidação, de forma a demonstrar os resultados do grupo CMS e a constituição do seu património.

As entidades que compõem o perímetro de consolidação do Grupo CMS são a SINTRA QUORUM, EEM - sociedade em liquidação (adiante, SINTRA QUORUM), a HPEM, EEM - sociedade em liquidação (adiante, HPEM), a EDUCA EEM - sociedade em liquidação (adiante, EDUCA), e a EMES, EM, SA (adiante, EMES), integradas de acordo com o método integral total, e os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra (adiante SMAS), através da simples agregação.

Neste âmbito, refira-se que este exercício económico ficou marcado pela reorganização de todo o setor empresarial local do Município, que assentou na dissolução das empresas municipais EDUCA, HPEM e SINTRA QUORUM e internalização das respetivas atividades no Município (com exceção da recolha e transporte de resíduos que foi internalizada nos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra), nos termos das deliberações dos órgãos municipais de 21 e 28 de fevereiro de 2014.

No que se refere concretamente à SINTRA QUORUM, inicialmente o modelo de reorganização contemplava a transformação da empresa municipal, que se consubstanciava em retirar a atividade relativa à gestão do Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas, internalizando-a no Município, e que se concretizou no termos das deliberações referidas, e acrescentar a gestão de outros equipamentos culturais.

No entanto, o processo de transformação da SINTRA QUORUM foi recusado pelo Tribunal de Contas, pelo que o Município ficou obrigado a dissolver a empresa nos termos do Regime Jurídico do Setor Empresarial Local (RJAEL), tendo a Assembleia Municipal deliberado a liquidação e internalização de todas as atividades ainda na empresa com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2015, excetuando a exploração da escola profissional de recuperação do património de Sintra.

2. APRESENTAÇÃO DAS ENTIDADES QUE INTEGRAM O PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

2.1. HPEM

As atividades da HPEM nos dois primeiros meses do exercício, centraram-se no âmbito das competências conferidas pelos estatutos, nomeadamente todas as atividades, desde que integradas no feixe de atribuições do Município, destinadas a assegurar a manutenção da higiene e limpeza dos espaços públicos municipais no que respeita à recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos.

Após a decisão dos órgãos municipais de 21 e 28 de fevereiro de 2014, estas competências foram transferidas para a CMS e SMAS através do processo de internalização. A liquidação foi entretanto prorrogada, atendendo à existência de processos com uma natural complexidade e cuja tramitação envolve prazos legais a cumprir que excedem o período inicial de liquidação fixado, nomeadamente a integração dos funcionários nos quadros do Município e Serviços Municipalizados de Sintra conforme preconizado no plano de internalização, por via de procedimento concursal, que se encontra em curso e a decorrer dentro da normalidade.

2.2. EDUCA

A EDUCA até à data da decisão da sua liquidação (28 de fevereiro de 2014), desenvolveu as competências cometidas pelos estatutos, nomeadamente todas as atividades, desde que integradas no feixe de atribuições do Município, destinadas a assegurar o funcionamento do ensino pré-escolar e escolar públicos, a gestão, construção, manutenção e conservação do respetivo parque, refeitórios e a gestão dos transportes escolares, bem como a gestão do funcionamento, manutenção e conservação de equipamentos desportivos municipais.

Também a EDUCA após a decisão de liquidação centrou a sua atividade nos procedimentos administrativos relacionados com a sua extinção, destacando-se a internalização das atividades, a cedência de posições contratuais e a integração de funcionários no Município. Neste âmbito, e à semelhança da HPEM, estão a decorrer na empresa os procedimentos legais necessários para a prorrogação do prazo de liquidação, atendendo à existência de processos que dada a sua natureza complexa, nomeadamente a referida integração dos funcionários, ainda se encontra em curso.

2.3. SINTRA QUORUM

A SINTRA QUORUM desenvolveu a sua atividade no âmbito das competências conferidas pelos estatutos, nomeadamente todas as atividades, desde que integradas no feixe de atribuições do Município, destinadas a assegurar a exploração e gestão de equipamentos coletivos de índole cultural, artística, científica, socioeconómica e recreativa sob a sua gestão, bem como a promoção dos respetivos eventos.

No que concerne aos equipamentos, importa salientar que durante o exercício, procedeu-se à transferência do equipamento denominado Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas para o Município de Sintra, na sequência da sua internalização, conforme deliberação dos órgãos municipais de fevereiro de 2014, e que desde a entrada da empresa em liquidação os restantes equipamentos Centro Cultural Olga Cadaval e Quinta Nova de Assunção encontram-se sob a gestão direta do Município.

Ao abrigo dos estatutos, a empresa tem igualmente competências definidas ao nível da promoção do ensino profissional na área da recuperação do património, mantendo-se como a entidade proprietária e responsável pela gestão da Escola Profissional de Recuperação do Património de Sintra.

2.4. EMES

A atividade desenvolvida pela empresa, de acordo com o objeto estatutário da EMES, compreende a instalação e gestão dos sistemas de estacionamento público urbano pago à superfície no Concelho de Sintra, nos termos e condições a definir pela CMS.

Poderá exercer, acessoriamente, outras atividades relacionadas com o seu objeto, designadamente a elaboração e ou promoção de estudos e projetos de ordenamento de áreas de estacionamento, bem como proceder à realização das respetivas obras.

Assim, a empresa presta um serviço público de regulação do estacionamento no Concelho de Sintra, por forma a garantir a rotatividade necessária nos espaços urbanos de maior afluência e onde se encontram localizados o comércio e serviços.

2.5. SMAS

Os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Concelho de Sintra são um serviço público de interesse local e têm como fim a satisfação, de um modo integral, das necessidades coletivas da população do concelho no âmbito das suas atribuições, nomeadamente nos seguintes domínios:

- a) Captação, adução, tratamento e distribuição de água potável;
- b) Construção, ampliação, manutenção e gestão da rede de distribuição de água potável, de estações elevatórias e de tratamento de água;
- c) Receção, drenagem, tratamento e destino final das águas residuais;
- d) Construção, ampliação, manutenção e gestão dos sistemas de águas residuais.

Assim, fixa taxas, tarifas e preços a cobrar, de modo a que sejam cobertos os gastos de exploração e de administração dos sistemas a seu cargo, constituindo reservas necessárias para a cobertura de despesas de capital com o fim de assegurar investimentos futuros, indispensáveis ao desenvolvimento, ampliação e renovação desses mesmos sistemas.

3. ANÁLISE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA DAS ENTIDADES CONSOLIDADAS

3.1. HPEM

- A empresa apresentou um resultado líquido negativo de 2,5 milhões de euros, correspondente essencialmente a dois meses de atividade, para a qual deixou de existir financiamento de contrato-programa na área da varrição;
- Ao nível dos gastos, estes ascenderam a 5,7 milhões de euros e registaram uma redução de 12,7 milhões de euros, justificada com a menor atividade da empresa, por via do processo de internalização no Município. Os gastos incorridos correspondem sobretudo aos primeiros dois meses do ano;
- Os rendimentos ascenderam a 3,3 milhões de euros verificando-se uma diminuição de 13,6 milhões de euros. São compostos, praticamente, pela tarifa de gestão de RSU's, cobrada aos municípios, através da fatura da água até à internalização da atividade no Município;
- O ativo da empresa totalizou 1,1 milhões de euros, diminuindo 5,1 milhões de euros em relação a 2014, consequência, sobretudo, da redução da rubrica outras contas a receber (-3,8 milhões de euros).

- Em relação ao passivo, este ascendeu a 5,5 milhões de euros, estando a diminuição de 6,3 milhões de euros relacionada, sobretudo, com as rubricas de fornecedores (-5,6 milhões de euros) e provisões (-2,3 milhões de euros). Com efeito, o ano de 2014 caracterizou-se por um complexo processo de negociação da dívida reclamada pelos principais fornecedores da empresa (SUMA e Ecoambiente) e que culminou em Novembro com o visto do Tribunal de Contas.

3.2. EDUCA

- A empresa apresentou um resultado líquido negativo de 2,7 milhões de euros, invertendo o desempenho do ano de 2013, que foi positivo em 336,5 mil euros. À semelhança da empresa anterior, o resultado obtido corresponde essencialmente a dois meses de atividade, para a qual deixou de existir financiamento de contrato-programa em matéria de gestão escolar, refeições e transporte;
- Os gastos ascenderam a 4,6 milhões de euros registando uma diminuição de 11,8 milhões de euros, reflexo da internalização das atividades. Correspondem, sobretudo, a fornecimentos e serviços externos e gastos com pessoal, que em conjunto perfazem 80% do total de gastos;
- Os rendimentos totalizaram 1,9 milhões de euros, verificando-se uma variação negativa de 14,8 milhões de euros e dizem respeito às vendas e prestações de serviços dos refeitórios escolares e dos complexos desportivos, realizadas até à internalização e a outros rendimentos e ganhos relacionados basicamente com o reconhecimento dos proveitos resultantes dos contratos-programa de investimento celebrados anteriores à publicação da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, atendendo a que a empresa ainda registou amortizações nos dois primeiros meses do ano;
- O ativo da empresa ascendeu a 414,8 mil euros e registou uma diminuição de 40,9 milhões de euros, sobretudo ao nível do ativo não corrente (-38,2 milhões de euros), face ao desreconhecimento contabilístico efetuado pela empresa, na sequência da transferência destes imobilizados para a CMS, no âmbito do processo de internalização das atividades. Ao nível do ativo corrente verifica-se um decréscimo de 2,7 milhões de euros, relacionado, sobretudo, com a redução das disponibilidades que registaram uma redução de 2,5 milhões de euros, face a inexistências de transferências por conta de contratos-programa;
- O passivo totalizou 2,8 milhões de euros verificando-se um desagravamento de 2,3 milhões de euros, resultado da redução das rubricas de fornecedores conta corrente de médio e longo prazo (-1,7 milhões de euros), de curto prazo (-1,9 milhões de euros) e outras contas a pagar (-1,1 milhões de euros). O valor em saldo passou a corresponder essencialmente às operações de liquidação apuradas pela empresa junto da CMS.

3.3. SINTRA QUORUM

- A empresa apresentou um resultado líquido negativo de 833,7 mil euros, sendo essencialmente o resultado da inexistência de financiamento;
- O total de gastos ascendeu a 2 milhões de euros, verificando-se uma redução de 650,1 mil euros, consequência da menor atividade da empresa, por via da internalização do MASMO no Município de Sintra e, ainda, pelo facto do Festival de Sintra ter sido realizado através de gestão direta do Município de Sintra;
- Os rendimentos totalizaram 1,2 milhões de euros, registando-se uma redução de 1,5 milhões de euros justificada por um menor volume de negócios face à não realização do Festival de Sintra pela empresa, e de uma menor receita de subsídios à exploração, com a celebração, apenas, do contrato-programa para a gestão do CCOC;
- O ativo ascendeu a 354,9 mil euros, verificando-se uma diminuição de 683,9 mil euros. A variação ficou a dever-se à redução registada quer no ativo não corrente, nomeadamente os ativos fixos tangíveis, quer no ativo corrente, onde a rubrica caixa e depósitos bancários registou uma diminuição de 464,7 mil euros;
- O passivo totalizou 893,8 mil euros, registando-se um aumento de 245,2 mil euros, sobretudo ao nível das outras contas a pagar e dos fornecedores, com um acréscimo de 173,5 mil euros e 107,2 mil euros, respetivamente.

3.4. EMES

- A empresa apresentou um resultado líquido positivo de 96,8 mil euros, um valor inferior em 40% ao registado no período homólogo;
- Os gastos totalizaram 673,9 mil euros e respeitam sobretudo a despesas com pessoal (387,2 mil euros) e fornecimentos e serviços externos (211,7 mil euros), que em conjunto perfazem 89% do total. Em relação ao período homólogo assistiu-se a acréscimos nestas duas rubricas de 96,7 mil euros e 37,5 mil euros, respetivamente;
- Os rendimentos ascenderam a 806,8 mil euros e são constituídos basicamente pelo volume de negócios (789,4 mil euros), o qual registou um acréscimo de 36,5 mil euros (+5%);
- O ativo totalizou 1 milhão de euros, verificando-se um acréscimo de cerca de 91,4 mil euros, justificado, essencialmente, pela rubrica de disponibilidades (+154,9 mil euros);

- O passivo da empresa ascendeu a 95,9 mil euros, registando um desagravamento de 5,4 mil euros relativamente ao ano anterior (-5,4%). Incluí a dívida ao Estado relativa a impostos e contribuições do período e outras contas a pagar, principalmente, especialização de remunerações.

3.5. SMAS

- O resultado líquido foi negativo em cerca de 215 mil euros. Comparativamente ao ano 2014 verificou-se uma diminuição de 126,7%. Esta redução está associada ao aumento dos gastos;
- Os gastos ascenderam a 62,7 milhões de euros registando-se um aumento de 6,4 milhões de euros, destacando-se o acréscimo ocorrido nos fornecimentos e serviços externos (+5,3 milhões de euros) e no pessoal (+2,4 milhões de euros) resultante da internalização da atividade de recolha e transporte de resíduos anteriormente exercida pela HPEM;
- Os rendimentos totalizaram 62,4 milhões de euros, sendo o aumento de 5,4 milhões de euros, reflexo, sobretudo, do acréscimo ocorrido na rubrica de vendas e prestações de serviços (+4,8 milhões de euros);
- O ativo, que ascendeu a 102,3 milhões de euros, diminuiu cerca de 6 milhões de euros, compreende sobretudo imobilizado (96,5%), nomeadamente imobilizado corpóreo relativo a edifícios. Incorpora, ainda, com expressão financeira significativa, 12,2 milhões de euros de disponibilidades financeiras e 9,1 milhões de euros de dívida dos utentes;
- O passivo, que totalizou 18,2 milhões de euros, aumentou cerca de 1,6 milhões de euros, sendo constituído essencialmente por proveitos diferidos. A dívida a terceiros totalizou 2,2 milhões de euros, registando uma diminuição de 551,6 mil euros relativamente ao ano anterior.

4. ANÁLISE DA ATIVIDADE CONSOLIDADA

Neste ponto apresenta-se uma breve análise da entidade consolidada, salientando-se o facto de a mesma não resultar da soma das várias contas individuais das entidades consolidadas, porque num processo de consolidação de contas procedem-se a ajustamentos, que implicam a eliminação de saldos, nomeadamente as operações intra-grupo, destacando-se as participações financeiras, transferências e subsídios e fornecimentos e serviços externos.

4.1. SITUAÇÃO PATRIMONIAL

| BALANÇO CONSOLIDADO | | | | | | | | | | | |
|---------------------------------------|-----------------------|---------------|-----------------------|---------------|--------------|---|-----------------------|---------------|-----------------------|---------------|---------------|
| Rubrica | 2014 | | 2013 | | Δ | Rubrica | 2014 | | 2013 | | Δ |
| | € | % | € | % | | | € | % | € | % | |
| Imobilizado | | | | | | Fundos Próprios | | | | | |
| Bens do domínio público | 204.872.344,54 | 24,09 | 215.527.714,32 | 24,91 | -4,94 | Património | 343.446.125,39 | - | 341.149.801,75 | - | 0,67 |
| Imobilizações incorpóreas | 991.532,96 | 0,12 | 1.808.447,10 | 0,21 | -45,17 | Diferenças de consolidação | -2.083.990,69 | - | -17.853.836,34 | - | -88,33 |
| Imobilizações corpóreas | 477.495.279,46 | 56,14 | 483.640.816,06 | 55,90 | -1,27 | Reservas legais | 14.248.938,76 | - | 13.418.873,96 | - | 6,19 |
| Investimentos financeiros | 74.570.346,67 | 8,77 | 85.202.968,96 | 9,85 | -12,48 | Doações | 34.524.920,98 | - | 38.379.928,52 | - | -10,04 |
| Total | 757.929.503,63 | | 786.179.946,44 | | -3,59 | Resultados decorrentes da transferência de ativos | 40.539.374,70 | - | 15.326.366,85 | - | 164,51 |
| Circulante | | | | | | Cedências | | | | | |
| Existências | 2.372.568,00 | 0,28 | 2.414.019,38 | 0,28 | -1,72 | Resultados transitados | 227.116.449,79 | - | 257.482.726,15 | - | -11,79 |
| Dívidas de terceiros c/ prazo | 13.215.896,26 | 1,55 | 19.657.192,14 | 2,27 | -32,77 | Resultado líquido do exercício | 18.471.743,16 | - | 15.827.765,85 | - | 16,70 |
| Depósitos em instituições financeiras | 65.728.141,68 | 7,73 | 48.495.888,36 | 5,61 | 35,53 | Total | 676.263.562,09 | | 663.738.914,74 | | 77,91 |
| Acréscimos e Diferimentos: | | | | | | Interesses minoritários | | | | | |
| Acréscimos de proventos | 11.191.853,15 | 1,32 | 7.972.029,41 | 0,92 | 40,39 | | 0,00 | | 0,00 | | - |
| Custos diferidos | 179.675,81 | 0,02 | 495.780,65 | 0,06 | -63,76 | Passivo | | | | | |
| Total | 92.688.134,90 | | 79.034.909,94 | | 17,27 | Provisões | 18.575.604,34 | 10,65 | 15.130.120,87 | 7,51 | 22,77 |
| | | | | | | Dívidas a terceiros m/l prazo | 58.958.976,23 | 33,82 | 67.825.492,98 | 33,66 | -13,07 |
| | | | | | | Dívidas a terceiros c/p prazo | 20.740.881,99 | 11,90 | 32.934.016,36 | 16,35 | -37,02 |
| | | | | | | Acréscimos e Diferimentos | | | | | |
| | | | | | | Acréscimos de custos | 11.906.989,90 | 6,83 | 13.242.338,18 | 6,57 | -10,08 |
| | | | | | | Proventos diferidos | 64.171.623,98 | 36,81 | 72.343.973,25 | 35,91 | -11,30 |
| | | | | | | Total | 174.354.076,44 | 100,00 | 201.475.941,64 | 100,00 | -48,70 |
| Total Ativo | 850.617.638,53 | 100,00 | 865.214.856,38 | 100,00 | -1,69 | Total Capital Próprio Passivo | 850.617.638,53 | - | 865.214.856,38 | - | -1,69 |

- O balanço consolidado evidência um ativo líquido total de 850,6 milhões de euros, incorporando essencialmente o ativo inscrito no balanço individual do Município de Sintra, enquanto entidade consolidante;
- Comparativamente com o ano de 2013 constata-se que o ativo do Grupo CMS diminuiu 14,6 milhões de euros, efeito líquido da diminuição do imobilizado, no montante de 28,3 milhões de euros, e do aumento do ativo circulante, em cerca de 13,7 milhões de euros;
- Ao nível da estrutura do ativo verifica-se uma continuidade da predominância dos ativos de natureza fixa no total do ativo (89,1% em 2014 e 90,9% em 2013);
- O imobilizado diminuiu 28,3 milhões de euros, consequência sobretudo do reconhecimento das amortizações dos vários imobilizados (24,6 milhões de euros) e da correção contabilística relativa ao processo de avaliação dos bens imóveis transferidos para o património do Município em 2013, da propriedade do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (4,9 milhões de euros);

- O ativo circulante é constituído maioritariamente por disponibilidades financeiras, que totalizaram 65,7 milhões de euros (70,9%), provenientes sobretudo dos meios financeiros disponíveis, quer no Município, 52,1 milhões de euros, quer nos serviços municipalizados, 12,2 milhões de euros;
- Os fundos próprios totalizaram 676,3 milhões de euros, verificando-se uma variação positiva de cerca de 12,5 milhões de euros em relação ao ano 2013, para a qual concorreu o resultado líquido do exercício do Município de Sintra, no montante de 18,5 milhões de euros;
- No que respeita ao passivo verificou-se um desagramento de 27,1 milhões de euros, consequência sobretudo da diminuição do passivo individual do Município de Sintra (-19,4 milhões de euros). Esta redução está materializada no passivo bancário, que caiu 12,3 milhões de euros, e nos fornecedores, com um ajustamento de 5,5 milhão de euros;
- Ainda relativamente ao passivo, registou-se um aumento das provisões para riscos e encargos, no montante de 3,4 milhões de euros. O valor é constituído sobretudo por provisões para processos judiciais em curso (16,9 milhões de euros) e juros de mora (1,3 milhões de euros).

4.2. RESULTADO DO PERÍODO

| DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA | | | | | | | | | | | |
|--|-----------------------|---------------|-----------------------|---------------|--------------|------------------------------------|-----------------------|---------------|-----------------------|---------------|--------------|
| Rubrica | 2014 | | 2013 | | Δ | Rubrica | 2014 | | 2013 | | Δ |
| | € | % | € | % | | | € | % | € | % | |
| Custos e perdas | | | | | | Proveitos e ganhos | | | | | |
| Custo das merc. vend. e mat. cons. | 14.844.427,92 | 7,48 | 16.240.450,91 | 8,19 | -8,60 | Vendas e prestações de serviços | 64.420.103,70 | 29,70 | 66.938.896,92 | 30,86 | -3,76 |
| Fornecimentos e serviços externos | 62.082.754,28 | 31,30 | 66.343.571,41 | 33,45 | -6,42 | Imposto e taxas | 87.773.162,70 | 40,47 | 85.892.119,66 | 39,60 | 2,19 |
| Transferências e Subsídios | 14.686.289,15 | 7,40 | 18.177.171,74 | 9,16 | -19,20 | Trabalho própria entidade | 643.443,35 | 0,30 | 680.964,68 | 0,31 | -5,51 |
| Custos com pessoal | 63.461.150,92 | 31,99 | 64.849.666,60 | 32,69 | -2,14 | Proveitos suplementares | 14.485,13 | 0,01 | 94.521,01 | 0,04 | -84,68 |
| Amortizações | 24.553.007,55 | 12,38 | 26.443.572,49 | 13,33 | -7,15 | Transferências e subsídios obtidos | 47.805.629,14 | 22,04 | 53.315.459,85 | 24,58 | -10,33 |
| Provisões | 10.623.685,88 | 5,36 | 2.666.410,73 | 1,34 | 298,43 | Outros proveitos operacionais | 903.043,36 | 0,42 | 767.951,87 | 0,35 | 17,59 |
| Outros custos perdas operacionais | 1.798.802,61 | 0,91 | 2.201.488,73 | 1,11 | -18,29 | Proveitos e ganhos financeiros | 6.794.533,39 | 3,13 | 6.271.491,58 | 2,89 | 8,34 |
| Custos e perdas financeiras | 2.181.787,25 | 1,10 | 2.517.133,85 | 1,27 | -13,32 | Proveitos e ganhos extraordinários | 8.541.485,55 | 3,94 | 6.694.952,88 | 3,09 | 27,58 |
| Custos e perdas extraordinárias | 4.126.925,46 | 2,08 | 5.244.524,35 | 2,64 | -21,31 | | | | | | |
| Total de custos | 198.358.831,02 | 100,00 | 204.683.990,81 | 103,19 | -3,09 | Total de proveitos | 216.895.886,32 | 100,00 | 220.656.358,45 | 101,73 | -1,70 |
| Imposto sobre o rendimento | 65.312,14 | | 144.601,79 | | -54,83 | | | | | | |
| resultado operacional | 9.509.749,07 | | 10.767.581,38 | | | | | | | | |
| resultado financeiro | 4.612.746,14 | | 3.754.357,73 | | | | | | | | |
| resultado extraordinário | 4.414.560,09 | | 1.450.428,53 | | | | | | | | |
| resultado líquido do exercício | 18.471.743,16 | | 15.827.765,85 | | | | | | | | |

- No ano 2014 o Grupo CMS apresenta um resultado líquido positivo de 18,5 milhões de euros, um acréscimo de 2,6 milhões de euros face ao ano 2013;

- Durante o período verificou-se uma redução dos custos e dos proveitos em 6,3 milhões de euros e 3,8 mil euros, respetivamente;
- No que concerne aos custos verificou-se que o decréscimo decorre, sobretudo, da diminuição registada na rubrica de transferências e subsídios (-3,5 milhões de euros), consequência do processo de internalização das atividades das empresas municipais em liquidação, com impacto ao nível dos subsídios concedidos, atendendo ao facto destas atividades deixarem de ser financiadas através da celebração de contratos-programa e passarem para a gestão direta do Município;
- Registou-se, ainda, uma redução nos fornecimentos e serviços externos (-4,3 milhões de euros), o que significa que os acréscimos destes encargos nas contas individuais do Município e dos SMAS, por via da assunção das atividades internalizadas (+10,4 milhões de euros), foram inferiores às correspondentes diminuições verificadas nas empresas em liquidação (-15,8 milhões de euros);
- Inversamente, na rubrica de provisões verificou-se um acréscimo de 7,9 milhões de euros, justificado ao nível do reforço em provisões para processos judiciais em curso, no montante de 6,2 milhões de euros, efetuado pelo Município de Sintra;
- Ao nível dos rendimentos registou-se uma diminuição de 3,8 milhões de euros face ao período homólogo de 2013. Este facto ficou a dever-se, essencialmente, à redução registada ao nível da rubrica de transferências e subsídios (-5,5 milhões de euros), consequência do decréscimo das transferências financeiras provenientes da Administração Central para o Município;
- As vendas e prestações de serviços contribuíram também para a diminuição dos rendimentos com uma quebra de 2,5 milhões de euros, justificado sobretudo ao nível dos SMAS, relacionado com o consumo de água.
- Inversamente, registou-se um aumento na rubrica de impostos e taxas (+1,9 milhões de euros), relacionada com uma maior coleta efetuada pelo Município ao nível do IMI, e na rubrica de proveitos e ganhos extraordinários (+1,8 milhões de euros), destacando o contributo da HPEM face à anulação de provisões, no montante de 1,7 milhões de euros.

4.3. INDICADORES

| Indicadores Financeiros | 2014 | 2013 |
|---|-----------|-----------|
| fundo manei o (ativo circulante - passivo corrente) | 60.040 m€ | 32.859 m€ |
| autonomia financeira (fundos próprios / ativo) | 80% | 77% |
| solvabilidade (fundos próprios / passivo) | 388% | 329% |
| liquidez geral (ativo circulante / passivo corrente) | 284% | 171% |
| liquidez reduzida ((ativo circulante - existências) / passivo corrente) | 277% | 166% |
| cobertura do ativo imobilizado por capitais permanentes (ativo fixo / capital permanente) | 108% | 104% |
| peso ativo imobilizado no ativo total (ativo fixo / ativo total líquido) | 89% | 91% |

| Estrutura de Custos | 2014 | 2013 |
|--|------|------|
| custos com pessoal/total de custos | 32% | 32% |
| transferências e subsídios/total de custos | 7% | 9% |
| fse /total de custos | 31% | 32% |
| custos financeiros /total de custos | 1% | 1% |

| Indicadores Económicos | 2014 | 2013 |
|---|-----------|-----------|
| EBITDA (resultados operacionais + amortizações + provisões) | 44.686 m€ | 39.878 m€ |
| meios libertos brutos (resultado líquido exercício + amortizações + provisões) | 53.648 m€ | 44.938 m€ |
| rendibilidade dos fundos próprios (resultado líquido exercício / capital próprio) | 3% | 2% |

4.4. ENDIVIDAMENTO

| Descrição | Unid: € | | | | | | | Eliminação de créditos/dividas recíprocos | cms grupo |
|--------------------------|----------------------|---------------------|---------------------|-------------------|------------------|---------------------|----------------------|---|----------------------|
| | cms | educa | hpem | sq | emes | smas | Total | | |
| Dívida Médio/Longo Prazo | 59.884.578,95 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 59.884.578,95 | -925.602,72 | 58.958.976,23 |
| Dívida Curto Prazo | 17.567.392,00 | 2.670.298,33 | 5.433.961,34 | 673.620,53 | 31.910,03 | 2.197.940,15 | 28.575.122,38 | -7.834.240,39 | 20.740.881,99 |
| Total | 77.451.970,95 | 2.670.298,33 | 5.433.961,34 | 673.620,53 | 31.910,03 | 2.197.940,15 | 88.459.701,33 | -8.759.843,11 | 79.699.858,22 |

O Grupo CMS apresenta uma dívida total de 79,7 milhões de euros, repartida em 59 milhões de euros de dívida de médio e longo prazo e 20,7 milhões de euros de dívida de curto prazo.

Analisando a dívida total individual das várias entidades constata-se que a dívida da CMS, no montante de 77,4 milhões de euros, repartida por 59,9 milhões de euros de médio e longo prazo e 17,6 milhões de euros de curto prazo, representa cerca de 97%.

2. BALANÇO CONSOLIDADO

BALANÇO CONSOLIDADO ACTIVO - 2014

| Códigos das contas | | (Euros) | | | |
|--------------------|--|-------------------------|--------------------------|-----------------------|-----------------------|
| | | Exercícios | | | |
| | | 2014 | | 2013 | |
| POCAL | Activo | Activo bruto | Amortizações e provisões | Activo líquido | Activo líquido |
| | Imobilizado | 1.045.036.115,78 | -287.106.612,15 | 757.929.503,63 | 786.179.946,44 |
| | Bens de domínio público | | | | |
| 451 | Terrenos e recursos naturais | 17.722.792,85 | | 17.722.792,85 | 16.627.188,13 |
| 452 | Edifícios | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| 453 | Outras construções / infra-estruturas | 245.519.756,26 | -68.677.500,81 | 176.842.255,45 | 187.520.677,87 |
| 455 | Bens património histórico e artístico | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| 459 | Outros bens do domínio público | 520.872,38 | -22.076,02 | 498.796,36 | 499.218,71 |
| 445 | Imobilizações em curso | 9.808.499,88 | | 9.808.499,88 | 10.880.629,61 |
| 446 | Adiantamentos por conta de bens de domínio público | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| | | 273.571.921,37 | -68.699.576,83 | 204.872.344,54 | 215.527.714,32 |
| | Imobilizações incorpóreas | | | | |
| 431 | Despesas de instalação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 432 | Despesas de investigação e de desenvolvimento | 2.090.145,17 | -1.702.026,74 | 388.118,43 | 1.127.789,32 |
| 433 | Propriedade industrial e outros direitos | 414.387,72 | -368.037,86 | 46.349,86 | 68.173,26 |
| 434 | Imobilizações incorpóreas - Trespases | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| 436 | Benfeitorias | 86.371,67 | -86.371,67 | 0,00 | 1.715,54 |
| 443 | Imobilizações em curso | 557.064,67 | | 557.064,67 | 610.768,98 |
| 449 | Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| | | 3.147.969,23 | -2.156.436,27 | 991.532,96 | 1.808.447,10 |
| | Imobilizações corpóreas | | | | |
| 421 | Terrenos e recursos naturais | 210.627.931,08 | | 210.627.931,08 | 203.936.833,47 |
| 422 | Edifícios e outras construções | 387.067.194,40 | -142.957.093,46 | 244.110.100,94 | 253.615.982,51 |
| 423 | Equipamento básico | 45.576.495,35 | -39.607.661,47 | 5.968.833,88 | 6.890.128,58 |
| 424 | Equipamento de transporte | 8.813.903,83 | -8.134.802,29 | 679.101,54 | 804.609,08 |
| 425 | Ferramentas e utensílios | 1.308.220,41 | -1.260.255,86 | 47.964,55 | 68.581,16 |
| 426 | Equipamento administrativo | 20.120.783,57 | -17.972.594,90 | 2.148.188,67 | 1.664.449,09 |
| 427 | Taras e vasilhame | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 429 | Outras imobilizações corpóreas | 2.525.257,25 | -1.753.384,80 | 771.872,45 | 920.246,47 |
| 442 | Imobilizações em curso | 13.123.388,14 | | 13.123.388,14 | 15.722.087,49 |
| 448 | Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas | 17.898,21 | | 17.898,21 | 17.898,21 |
| | | 689.181.072,24 | -211.685.792,78 | 477.495.279,46 | 483.640.816,06 |
| | Investimentos financeiros | | | | |
| 411 | Partes de capital | 6.059.987,84 | -5.000,02 | 6.054.987,82 | 6.053.075,70 |
| 412 | Obrigações e Títulos Participação | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| 414 | Investimentos em Imóveis | 73.074.631,86 | -4.559.806,25 | 68.514.825,61 | 79.149.893,26 |
| 415 | Outras aplicações financeiras | 533,24 | | 533,24 | 0,00 |
| 441 | Imobilizações em curso | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| 447 | Adiantamentos por conta de investimentos financeiros | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| | | 79.135.152,94 | -4.564.806,27 | 74.570.346,67 | 85.202.968,96 |
| | Circulante | 117.220.171,84 | -35.903.565,90 | 81.316.605,94 | 70.567.099,88 |
| | Existências | | | | |
| 36 | Matérias-primas, subsidiárias e de consumo | 2.139.249,96 | | 2.139.249,96 | 2.139.552,66 |
| 35 | Produtos e trabalhos em curso | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| 34 | Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| 33 | Produtos acabados e intermédios | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| 32 | Mercadorias | 233.318,04 | | 233.318,04 | 274.466,72 |
| 37 | Adiantamentos por conta de compras | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| | | 2.372.568,00 | 0,00 | 2.372.568,00 | 2.414.019,38 |
| | Dividas de terceiros - Médio e longo prazo | | | | |
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | Dividas de terceiros - Curto prazo | | | | |
| 211 | Clientes, c/c | 9.128.980,77 | 0,00 | 9.128.980,77 | 7.490.675,56 |
| 212 | Contribuintes, c/c | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 213 | Utentes, c/c | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 218 | Clientes de cobrança duvidosa | 35.968.686,27 | -35.903.565,90 | 65.120,37 | 130.858,70 |
| 251 | Devedores execução orçamento | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 229 | Adiantamentos a fornecedores | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 891,75 |
| 2619 | Adiantamentos a fornecedores de imobilizado | 43.197,84 | 0,00 | 43.197,84 | 0,00 |
| 24 | Estado e outros entes públicos | 796.461,71 | 0,00 | 796.461,71 | 748.157,56 |
| 262+263+267+268 | Outros devedores | 3.182.135,57 | 0,00 | 3.182.135,57 | 11.286.608,57 |
| 264 | Administração Autárquica | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 28 | Empréstimos Concedidos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 49.119.462,16 | -35.903.565,90 | 13.215.896,26 | 19.657.192,14 |
| | Títulos negociáveis | | | | |
| 151 | Acções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 152 | Obrigações e títulos de participação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 153 | Títulos de dívida pública | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 159 | Outros títulos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 18 | Outras aplicações de tesouraria | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 399,17 |
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 399,17 |
| | Depósitos em instituições financeiras e caixa | | | | |
| 12+13 | Depósitos em instituições financeiras | 65.709.976,62 | 0,00 | 65.709.976,62 | 48.475.577,34 |
| 11 | Caixa | 18.165,06 | 0,00 | 18.165,06 | 19.911,85 |
| | | 65.728.141,68 | 0,00 | 65.728.141,68 | 48.495.489,19 |
| | Acréscimos e diferimentos | | | | |
| 271 | Acréscimos de proveitos | 11.191.853,15 | 0,00 | 11.191.853,15 | 7.972.029,41 |
| 272 | Custos diferidos | 179.675,81 | 0,00 | 179.675,81 | 495.780,65 |
| | | 11.371.528,96 | 0,00 | 11.371.528,96 | 8.467.810,06 |
| | Total de amortizações | | -287.101.612,13 | | |
| | Total de provisões | | -35.908.565,92 | | |
| | Total do activo | 1.173.627.816,58 | -323.010.178,05 | 850.617.638,53 | 865.214.856,38 |

BALANÇO CONSOLIDADO PASSIVO - 2014

| | | (Euros) | |
|------------------------|--|-----------------------|-----------------------|
| Códigos das contas | Fundos Próprios e Passivo | Exercícios | |
| | | 2014 | 2013 |
| POCAL | | | |
| Fundos Próprios | | | |
| 51 | Património | 343.446.125,39 | 341.149.801,75 |
| 53 | Prestações Suplementares | 0,00 | 0,00 |
| 55 | Ajustamento de partes de capital empresas | 0,00 | 0,00 |
| | DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO | -2.083.990,69 | -17.853.836,34 |
| 56 | Reservas de reavaliação | 0,00 | 0,00 |
| | Reservas: | | |
| 571 | Reservas legais | 14.248.938,76 | 13.418.873,96 |
| 572 | Reservas estatutárias | 0,00 | 0,00 |
| 573 | Reservas contratuais | 0,00 | 0,00 |
| 574 | Reservas livres | 0,00 | 0,00 |
| 575 | Subsídios | 0,00 | 0,00 |
| 576 | Doações | 34.524.920,98 | 38.379.928,52 |
| 577 | Res. decorrentes transf. activos | 40.539.374,70 | 15.326.366,85 |
| 579 | Cedências | 0,00 | 7.288,00 |
| 59 | Resultados transitados | 227.116.449,79 | 257.482.726,15 |
| | Subtotal | 657.791.818,93 | 647.911.148,89 |
| 88 | Resultado líquido do exercício | 18.471.743,16 | 15.827.765,85 |
| | Total dos fundos próprios | 676.263.562,09 | 663.738.914,74 |
| | Interesses Minoritários | 0,00 | 0,00 |
| | Passivo | | |
| | Provisões | | |
| 29 | Provisões para riscos e encargos | 18.575.604,34 | 15.130.120,87 |
| | | 18.575.604,34 | 15.130.120,87 |
| | Dividas a terceiros - Médio e longo prazo | | |
| 2312 | Empréstimos de MLP | 58.958.976,23 | 67.825.492,98 |
| 26847 | Outros credores Médio/Longo | 0,00 | 0,00 |
| | | 58.958.976,23 | 67.825.492,98 |
| | Dividas a terceiros - Curto prazo | | |
| 231 | Empréstimos de curto prazo | 8.869.771,76 | 12.259.964,39 |
| 221 | Fornecedores, c/c | 5.585.710,32 | 9.408.550,89 |
| 223 | Fornecedores, vendas dinheiro | 0,00 | 0,00 |
| 228 | Fornecedores, facturas recepção em conferência | 267.380,47 | 798.113,03 |
| 252 | Credores execução orçamental | 0,00 | 0,00 |
| 217 | Clientes e Utentes com cauções | 36.704,53 | 47.281,51 |
| 219 | Adiantamentos de clientes | 113.810,76 | 127.444,77 |
| 2611 | Fornecedores de imobilizado, c/c | 113.937,71 | 972.201,06 |
| 2612 | Fornecedores de imobilizado - Títulos a pagar | 0,00 | 0,00 |
| 2613 | Retenções por fornecedores de imobilizado | 869.540,67 | 993.018,51 |
| 2614 | Fornecedores de imobilizado - Locação Financeira | 0,00 | 0,00 |
| 24 | Estado e outros entes públicos | 1.691.289,37 | 1.639.509,45 |
| 252+262+263+267+268 | Outros credores | 2.322.736,40 | 6.100.779,32 |
| 264 | Administração Autárquica | 0,00 | 7.153,43 |
| 269 | Adiantamentos por conta de vendas | 870.000,00 | 580.000,00 |
| | | 20.740.881,99 | 32.934.016,36 |
| | Acréscimos e diferimentos | | |
| 273 | Acréscimos de custos | 11.906.989,90 | 13.242.338,18 |
| 274 | Proveitos diferidos | 64.171.623,98 | 72.343.973,25 |
| | | 76.078.613,88 | 85.586.311,43 |
| | Total do passivo | 174.354.076,44 | 201.475.941,64 |
| | Total dos fundos próprios e do passivo | 850.617.638,53 | 865.214.856,38 |

3. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA



CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA
Largo Dr. Virgílio Horta - Edifício dos Paços do Concelho
2714 - 510 Sintra

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS - 2014

| Códigos das contas POCAL | | Exercícios | | | | Códigos das contas POCAL | | Exercícios | | | |
|--------------------------|--|---------------|----------------|---------------|----------------|--------------------------|--|----------------------|----------------|----------------------|----------------|
| | | 2014 | | 2013 | | | | 2014 | | 2013 | |
| | | | | | | | | | | | |
| | Custos e perdas | | | | | | Proveitos e ganhos | | | | |
| 61 | Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas | | | | | 71 | Vendas: | | | | |
| | Mercadorias | 13.303.163,68 | | 14.225.573,95 | | | Mercadorias | 18.152.250,68 | | 18.852.187,32 | |
| | Matérias | 1.541.264,24 | 14.844.427,92 | 2.014.876,96 | 16.240.450,91 | | Produtos | 0,00 | | 0,00 | |
| 62 | Fornecimentos e serviços externos | 62.082.754,28 | 62.082.754,28 | 66.343.571,41 | 66.343.571,41 | | Prestação de Serviços | 46.267.853,02 | | 48.086.709,60 | |
| | Custos com o pessoal: | | | | | 72 | Impostos e Taxas | 87.773.162,70 | 152.193.266,40 | 85.892.119,66 | 152.831.016,58 |
| 641+642 | Remunerações | 49.711.939,47 | | 52.086.408,49 | 357,00 | | Variação de produção | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | Encargos sociais: | | | | 392,00 | 75 | Trabalhos para a própria entidade | 643.443,35 | 643.443,35 | 680.964,68 | 680.964,68 |
| 643+644 | Pensões | | | | 98,00 | 73 | Proveitos suplementares | 14.485,13 | | 94.521,01 | |
| 645+649 | Outros | 13.749.211,45 | 63.461.150,92 | 12.763.258,11 | 64.849.666,60 | 74 | Transferências e Subsídios | 47.805.629,14 | | 53.315.459,85 | |
| 66 | Amortizações do imobilizado corpóreo | 24.553.007,55 | | 26.443.572,49 | | 76 | Outros proveitos e ganhos operacionais | 903.043,36 | 48.723.157,63 | 767.951,87 | 54.177.932,73 |
| 67 | Provisões | 10.623.685,88 | 35.176.693,43 | 2.666.410,73 | 29.109.983,22 | | (B) Proveitos e ganhos operacionais | | 201.559.867,38 | | 207.689.913,99 |
| 63 | Transferências e Subsídios | 14.686.289,15 | | 18.177.171,74 | | 78 | Proveitos e ganhos financeiros | 6.794.533,39 | 6.794.533,39 | 6.271.491,58 | 6.271.491,58 |
| 65 | Outros custos e perdas operacionais | 1.798.802,61 | 16.485.091,76 | 2.201.488,73 | 20.378.660,47 | | (D) Proveitos e ganhos correntes | | 208.354.400,77 | | 213.961.405,57 |
| | (A) Custos e perdas operacionais | | 192.050.118,31 | | 196.922.332,61 | 79 | Proveitos e ganhos extraordinários | 8.541.485,55 | 8.541.485,55 | 6.694.952,88 | 6.694.952,88 |
| 68 | Custos e Perdas Financeiros | 2.181.787,25 | 2.181.787,25 | 2.517.133,85 | 2.517.133,85 | | (F) Proveitos totais | | 216.895.886,32 | | 220.656.358,45 |
| | (C) Custos e perdas correntes | | 194.231.905,56 | | 199.439.466,46 | | RESUMO: | | | | |
| 69 | Custos e perdas extraordinários | 4.126.925,46 | 4.126.925,46 | 5.244.524,35 | 5.244.524,35 | | Resultados operacionais (B) - (A) = | 9.509.749,07 | | 10.767.581,38 | |
| | (E) Custos e perdas do exercício | | 198.358.831,02 | | 204.683.990,81 | | Resultados financeiros (D-B) - (C-A) = | 4.612.746,14 | | 3.754.357,73 | |
| 86 | Imposto sobre o Rendimento | 65.312,14 | 65.312,14 | 144.601,79 | 144.601,79 | | Resultados correntes (D) - (C) = | 14.122.495,21 | | 14.521.939,11 | |
| | Interesses Minoritários | | 0,00 | | 0,00 | | Resultado líquido do exercício (F) - (E) = | 18.471.743,16 | | 15.827.765,85 | |
| 88 | Resultado líquido do exercício | 18.471.743,16 | 18.471.743,16 | 15.827.765,85 | 15.827.765,85 | | | | | | |
| | | | 216.895.886,32 | | 220.656.358,45 | | | | | | |

4. MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS



CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA
Largo Dr. Virgílio Horta - Edifício dos Paços do Concelho
2714 - 510 Sintra

MAPA FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS - 2014

| RECEBIMENTOS | Exercícios | | Pagamentos | Exercícios | |
|---|-----------------------|-----------------------|---|-----------------------|-----------------------|
| | 2014 | 2013 | | 2014 | 2013 |
| <i>Saldo da Gerência Anterior Consolidado</i> | 44.037.495,96 | 33.288.648,72 | <i>Saldo da Gerência Anterior Consolidado</i> | | |
| Execução Orçamental | 38.535.101,53 | 26.194.929,58 | Execução Orçamental | | |
| Operações de Tesouraria | 5.502.394,43 | 7.093.719,14 | Operações de Tesouraria | | |
| Total das Receitas Orçamentais | 204.602.909,29 | 215.279.842,43 | Total das Despesas Orçamentais | 184.074.765,54 | 202.781.849,48 |
| Receitas Correntes | 198.217.459,49 | 201.925.551,94 | Despesas Correntes | 160.227.570,53 | 168.545.152,52 |
| Receitas Capital | 6.385.449,80 | 13.354.290,49 | Despesas Capital | 23.847.195,01 | 34.236.696,96 |
| <i>Operações de Tesouraria</i> | 73.743.957,95 | 77.970.861,45 | <i>Operações de Tesouraria</i> | 73.940.483,81 | 79.720.007,16 |
| | | | <i>Saldo para a Gerência Seguinte</i> | 64.369.113,85 | 44.037.495,96 |
| | | | Execução Orçamental | 59.063.245,28 | 38.692.922,53 |
| | | | Operações de Tesouraria | 5.305.868,57 | 5.344.573,43 |
| TOTAL | 322.384.363,20 | 326.539.352,60 | TOTAL | 322.384.363,20 | 326.539.352,60 |

Nota: Mapa elaborado apenas com os Serviços Municipalizados e Município

5. ANEXO ÀS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

A Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais prevê no n.º 1 do artigo 75.º que *“sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”*, a submeter à apreciação do órgão deliberativo na sessão ordinária do mês de junho, de acordo com o n.º 2 do artigo 76.º do mesmo regime.

Nos termos do n.º 7 do artigo acima mencionado, os documentos de prestação de contas consolidadas, compreendem o relatório de gestão e as seguintes demonstrações financeiras: balanço consolidado; demonstração consolidada dos resultados por natureza; mapa de fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais; anexo às demonstrações financeiras consolidadas, incluindo os saldos e os fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação e ainda o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazo e o mapa da dívida bruta consolidada e desagregado por maturidade e natureza.

Nos termos do n.º 8 do referido artigo, acrescenta-se que *“os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação de contas dos municípios, das entidades intermunicipais e das entidades associativas municipais são os definidos para as entidades do sector público administrativo”*.

Conforme Portaria n.º 474/2010 de 15 de Junho, através da qual é aprovada a Orientação n.º 1/2010, intitulada de *“Orientação Genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo”*, torna-se obrigatório, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

No art.º 5.º da portaria acima mencionada, regime transitório, prevê-se que *“até à publicação de normas de consolidação de contas previstas nos planos sectoriais ou de uma norma única de consolidação de contas aplicável a todas as administrações públicas que compõem o sector público administrativo devem ser observados os princípios de consolidação de contas estabelecidos na presente portaria”*.

Ainda que na Portaria n.º 474/2010 de 15 de Junho, não estejam definidas as diretrizes referentes à elaboração do anexo ao balanço consolidado e à demonstração dos resultados consolidados, foram elaboradas as notas que se enquadram à realidade das Autarquias locais, tendo como base a nota 14 – Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas, do POC.

No contexto municipal, em reunião extraordinária do órgão executivo municipal de 21 de fevereiro e sessão de 28 de fevereiro de 2014 da Assembleia Municipal, foi aprovada a proposta n.º 139-P/2014, que determinou a dissolução e liquidação das empresas municipais EDUCA, E.E.M. e HPEM, E.E.M., assim como a internalização das suas atividades e, ainda a internalização da atividade do Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas (MASMO).

Durante o exercício de 2014, as empresas EDUCA, E.E.M. e HPEM, E.E.M. apresentaram-se já como entidades em liquidação, às quais se juntará a SINTRA QUORUM, E.E.M., com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2015, no âmbito da proposta n.º 908-P/2014, aprovada na reunião do executivo municipal de 18 de novembro e sessão de 25 de novembro da Assembleia Municipal.

I – Informação referente às entidades que entram no perímetro de consolidação

Nota 1 – Entidades incluídas na consolidação

| ENTIDADE | SEDE SOCIAL | PERCENTAGEM DE CAPITAL DETIDO | PRINCIPAL ACTIVIDADE | MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO |
|--|--|-------------------------------|---|------------------------|
| MUNICÍPIO DE SINTRA | Largo Dr. Virgílio Horta, 2714 Sintra | - | Actividades de interesse público local, nomeadamente: segurança e ordem pública; educação; saúde; acção social; habitação e serviços colectivos; serviços culturais recreativos e religiosos, industria e energia; transportes e comunicações; comercio e turismo. | - |
| SMAS Sintra - Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra | Av. Movimento das Forças Armadas, N.º 16 2714-503 Sintra | 100,00% | Serviço público de interesse local com autonomia administrativa financeira e técnica. Gestão de sistemas públicos municipais de distribuição de água e de drenagem, tratamento e destino final de águas residuais urbanas abrangendo as de origem doméstica industrial e fluvial. | Simples agregação |
| EDUCA – Empresa Mun. de Gestão e Manutenção de Equipamentos Educativos de Sintra, E.E.M. - Sociedade em liquidação | Edifício Municipal Quinta do Recanto, 2725 - Mem Martins | 100,00% | Gestão e Manutenção dos Equipamentos Educativos Públicos no Conselho de Sintra, nos termos e nas condições a definir pela CMS. | Integral |
| HPEM – Higiene Pública, E.E.M. - Sociedade em liquidação | Avª da Aviação Portuguesa, n.º 69, 2710 - Sintra | 100,00% | A actividade legalmente cometida ao município de Sintra no domínio da higiene e limpeza pública, nomeadamente no que respeita à recolha de resíduos sólidos urbanos. | Integral |
| SINTRA QUORUM, E.M. – Gestão de equipamentos Culturais e Turísticos, E.E.M. - Sociedade em liquidação | Praça Dr. Francisco Sá Carneiro, 2710-720 Sintra | 100,00% | Exploração, gestão e promoção de equipamentos colectivos destinados a eventos culturais, artísticos, científicos, sócio-económicos, desportivos, recreativos e de animação turística. | Integral |
| EMES – Empresa Municipal de Estacionamento de Sintra, E.E.M. | Rua Eiras 34, Ed. Messa, 2725-294 Mem Martins | 100,00% | Instalação e gestão dos sistemas de estacionamento público urbano pago à superfície no concelho de Sintra, nos termos e condições a definir pela CMS. | Integral |

Foram consideradas no perímetro de consolidação os SMAS de Sintra e as Empresas Municipais conforme estipulado no art.º 75.º da lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro.

Nota 2 – Entidades não incluídas na consolidação

De acordo com o artigo mencionado na nota anterior, e tendo em consideração as instruções para o exercício de 2014 do SATAPOCAL, não foram incluídas no perímetro de consolidação, as entidades que constam do mapa seguinte:

| ENTIDADE | SEDE SOCIAL | PERCENTAGEM DE CAPITAL DETIDO | PRINCIPAL ACTIVIDADE |
|--|---|-------------------------------|--|
| AMTRES - Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o tratamento de resíduos sólidos | Rua Nova do Zambujal, n.º 9, 1º, 2735-302 Cacém | n/a | A gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos produzidos na área dos municípios associados, nas vertentes de recolha, tratamento, podendo estas serem realizadas directamente pela AMTRES ou através de empresas concessionárias especializadas. |
| Sociedade Parques de Sintra - Monte da Lua, S.A. | Parque de Monserrate, 2710-405 Sintra | 15,00% | Recuperação, requalificação e revitalização, gestão, exploração e conservação de todas as áreas, designadamente os parques e demais zonas envolventes, que lhes sejam atribuídas. |
| Sanest – Saneamento da Costa do Estoril, S.A. | Rua Flor da Murta, 2780-742 Paço de Arcos | 12,50% | Recolher e tratar as águas residuais provenientes dos Municípios de Amadora, Cascais, Oeiras e Sintra e de reabilitar as infra-estruturas do Sistema. |
| José de Mello Saúde - Sociedade Gestora Participações de Capital - Hospital Amadora Sintra | Avenida Infante Santo, 34 - 8.º, Lisboa | 6,00% | Prestação de cuidados ao doente, bem como prestação de cuidados de saúde diferenciados à população da sua zona de influência. |
| Município, S.A. – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação | Tagus Park, Av. Prof. Cavaco Silva, Edifício Ciência II, nº 11, 3º, Porto Salvo, Oeiras | 0,15% | Produção de cartografia, topografia e ortofotomapas, a concepção e gestão de sistemas de informação geográfica, a produção e comercialização de dados, o desenvolvimento e gestão de projectos de internet e intranet, a concepção, edição e comercialização de publicações nas áreas da sua actividade social e consultoria em sistemas de informação geográfica e, em geral de sistemas de informação. |

Nota 7 – Número médio de colaboradores ao serviço

No final do exercício de 2014, o número de colaboradores ao serviço do Grupo Município de Sintra foi o seguinte:

| ENTIDADE | 2014 | 2013 |
|--|------|------|
| MUNICÍPIO DE SINTRA | 2865 | 2568 |
| SMAS Sintra - Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra | 776 | 623 |
| EDUCA – Empresa Mun. de Gestão e Manutenção de Equipamentos Educativos de Sintra, E.E.M. - Sociedade em liquidação | 0 | 267 |
| HPEM – Higiene Pública, E.E.M. - Sociedade em liquidação | 0 | 271 |
| SINTRA QUORUM, E.M. – Gestão de equipamentos Culturais e Turísticos, E.E.M. - Sociedade em liquidação | 44 | 59 |
| EMES – Empresa Municipal de Estacionamento de Sintra, E.E.M. | 21 | 15 |
| TOTAL | 3706 | 3803 |

II – Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

Nota 8 – Insuficiência de normas de consolidação para os planos sectoriais

Embora não existindo normas específicas de consolidação de contas em POCAL, foram utilizadas as normas estipuladas no art.º 5.º da Portaria n.º 474/2010 de 15 de Junho, regime transitório, que prevê que *“até à publicação de normas de consolidação de contas previstas nos planos sectoriais ou de uma norma única de consolidação de contas aplicável a todas as administrações públicas que compõem o sector público administrativo devem ser observados os princípios de consolidação de contas estabelecidos na presente portaria”*.

III – Informações relativas aos procedimentos de consolidação

Nota 10 – Diferenças de consolidação

Considerando que o método de consolidação utilizado é o integral, adotou-se o previsto na norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) 15 – Investimentos em subsidiárias e consolidação, publicada no aviso n.º 15 655/2009, de 7 de Setembro, para aplicação do mesmo.

De referir que esta norma para efeitos de eliminação de investimentos financeiros e apuramento das diferenças de consolidação remete para a NCRF 14 - Concentrações de atividades empresariais, devidamente adaptada ao sistema contabilístico vigente.

Tendo em conta o referido anteriormente, obtivemos as seguintes diferenças de consolidação:

1 – Entre o valor de aquisição das participações, registado na CMS à data de 31/12/2010, e o valor de capitais próprios das empresas participadas, na mesma data.

A partir de 31 /12/2010, as eventuais variações de capitais próprios da participada integram os capitais próprios do grupo pelo que as diferenças de consolidação então apuradas não sofrem qualquer alteração.

No caso particular da EDUCA e da HPEM, não estando ainda concluído o processo de liquidação das mesmas, o resultado das diversas operações de internalização realizadas ao longo deste exercício, no montante de 23.819.743 euros, foram desde já reconhecidas pelo Grupo, em fundos próprios, como resultado da internalização. Como consequência, as diferenças de consolidação relativamente a estas entidades são nulas.

(Euros)

| ENTIDADE | 2014 | 2013 | VARIAÇÃO |
|--|--------------|---------------|----------------|
| SMAS Sintra - Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra | - | - | - |
| EDUCA – Empresa Mun. de Gestão e Manutenção de Equipamentos Educativos de Sintra, E.E.M. - Sociedade em liquidação | 0,00 | 13.410.648,63 | -13.410.648,63 |
| HPEM – Higiene Pública, E.E.M. - Sociedade em liquidação | 0,00 | 2.134.013,53 | -2.134.013,53 |
| SINTRA QUORUM, E.M. – Gestão de equipamentos Culturais e Turísticos, E.E.M. - Sociedade em liquidação | 1.840.515,84 | 1.840.515,84 | 0,00 |
| EMES – Empresa Municipal de Estacionamento de Sintra, E.E.M. | 295.752,14 | 295.752,14 | 0,00 |
| TOTAL | 2.136.267,98 | 17.680.930,14 | -15.544.662,16 |

2 – À data de 31 de Dezembro de 2014, alguns saldos entre as empresas do grupo não estavam conciliados, pelo que as diferenças resultantes das operações intra-grupo foram contabilizadas, como diferenças de capitalização, no capital próprio.

| ENTIDADE | 2014 | 2013 | VARIAÇÃO |
|-------------------------|------------|------------|------------|
| SMAS/Município | 6.489,64 | 47.695,70 | 41.206,06 |
| SMAS/EDUCA | 0,00 | -3.064,20 | -3.064,20 |
| SMAS/SINTRA QUORUM | 738,00 | 0,00 | -738,00 |
| SMAS/HPEM | -52.029,42 | 90.550,35 | 142.579,77 |
| EDUCA/Município | -27.493,57 | 0,00 | 27.493,57 |
| SINTRA QUORUM/Município | 20.018,06 | 17.896,91 | -2.121,15 |
| SINTRA QUORUM/HPEM | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| HPEM/Município | 0,00 | 1.190,32 | 1.190,32 |
| EMES/Município | 0,00 | 18.637,12 | 18.637,12 |
| TOTAL | -52.277,29 | 172.906,20 | 225.183,49 |

Nota 18 – Contabilização das participações financeiras

As participações financeiras em entidades associadas estão mensuradas ao valor de aquisição.

A CMS regista como ajustamentos aos seus investimentos financeiros, a diferença entre o valor do investimento e respetiva proporção nos capitais próprios da participada, sempre e só quando este diferencial é negativo.

Relativamente às empresas municipais são ainda constituídas provisões para riscos e encargos pelo maior dos seguintes montantes:

- a) Pela proporção nos capitais próprios negativos da participada, se aplicável;
- b) Pelo montante da transferência a efetuar para a participada, nos termos do artigo 40.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto.

IV – Informações relativas a políticas contabilísticas

O Município no exercício de 2011 procedeu à elaboração do manual de consolidação definindo entre outros, o perímetro de consolidação, os métodos de consolidação, homogeneização das operações intra-grupo e princípios contabilísticos e critérios valorimétricos uniformes para todo o Grupo, tendo o Manual sido aprovado pelo executivo em Janeiro de 2012.

De referir no entanto que as divergências de princípios contabilísticos/critérios valorimétricos verificam-se essencialmente ao nível do imobilizado e das provisões para cobranças duvidosas:

- Imobilizado – Município e SMAS utilizam os mesmos critérios valorimétricos. Para as restantes entidades não se justifica os ajustamentos face a uma análise custo benefício;

- Clientes cobrança duvidosa – Município e SMAS utilizam os mesmos critérios valorimétricos. Para as restantes entidades não se justifica os ajustamentos face a uma análise custo benefício.

Nota 23 – Critérios de valorimetria

Imobilizado

Com a entrada em vigor do Decreto-lei 54-A/99 de 22 de Dezembro, o Município procedeu à identificação e valorização dos seus ativos e passivos elaborando o balanço inicial e apurando o seu património inicial.

Determina o ponto 4.1.4 e 4.1.5 dos Critérios Valorimétricos do POCAL que, os bens do domínio público que não foi atribuído qualquer valor, assumem o valor zero até que sejam objeto de uma grande reparação assumindo, a partir dessa data, o montante desta.

Assim, os bens de domínio público que não foram objeto de uma grande reparação até 31 de Dezembro de 2014 não integram o património do Município.

Os ativos imobilizados, incluindo os Investimentos adicionais ou complementares, são valorizados ao custo de aquisição.

As amortizações foram calculadas pelo método das quotas constantes, tendo-se aplicado as taxas máximas previstas no CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado.

Relativamente às empresas que fazem parte do perímetro de consolidação:

SMAS

Para os bens adquiridos no ano 2001 e seguintes, as amortizações são efetuadas pelo método das quotas constantes de acordo com as taxas fixadas na Portaria 671/2000 (2ª série), de 17 de Abril (CIBE), com exceção dos bens adquiridos que não existem no CIBE, que estão a ser amortizados pelas taxas constantes no Decreto Regulamentar n.º2/90, de 12 de Janeiro.

Para os bens adquiridos antes de 2001, as amortizações são efetuadas pelo método das quotas constantes de acordo com as taxas fixadas no Decreto Regulamentar n.º2/90, de 12 de Janeiro.

EMPRESAS MUNICIPAIS

As restantes entidades utilizaram o método das quotas constantes, calculadas por aplicação das taxas máximas constantes no Decreto Regulamentar 25/2009 de 12 de Setembro.

É de referir que no processo de consolidação não foi realizada a harmonização de taxas aplicadas pelas empresas municipais com as utilizadas pela CMS.

Os Investimentos Financeiros na CMS são registados conforme a nota 18 deste anexo.

Existências

CMS e SMAS

As existências de mercadorias e matérias-primas são valorizadas ao custo de aquisição através do sistema de inventário permanente, utilizando o custo médio ponderado como método de custeio das saídas. O custo de aquisição inclui também as despesas incorridas até ao armazenamento.

HPEM

A política contabilística adotada na mensuração dos inventários de combustível e contentores para venda a clientes, é a do registo ao custo de aquisição e a fórmula de custeio utilizada é o custo médio.

SINTRA QUORUM

Os Inventários são valorizados ao menor valor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido que corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

Dívidas de e a Terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

Quanto às dívidas de terceiros, cuja cobrança seja duvidosa e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado, são constituídas provisões segundo o estabelecido no ponto 2.7.1 do POCAL.

O montante anual acumulado de provisão é determinado de acordo com as seguintes percentagens:

- a) 50% para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- b) 100% para aquelas que se encontram em mora há mais de 12 meses.

As Empresas Municipais não ajustaram as suas provisões tendo por base os critérios definidos no POCAL. Nas Empresas Municipais as dívidas a receber de clientes e outros devedores cuja cobrança seja duvidosa são deduzidas às perdas por imparidade. No processo de consolidação, os saldos das contas de imparidades foram reclassificados e registados como provisões de cobranças duvidosas.

Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e depósitos bancários são expressos pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.

Remunerações a Liquidar

Incluída na rubrica de acréscimos e diferimentos do passivo, corresponde à estimativa dos encargos com férias e mês de férias, baseados nos valores do correspondente exercício e destina-se a reconhecer as responsabilidades legais no final de 2014, perante os funcionários pelos serviços prestados até aquela data, a regularizar em 2015.

Acréscimos e Diferimentos

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização do exercício, pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

VI – Informações relativas a determinadas rubricas

Nota 25 – Despesas de Instalação, investigação e de desenvolvimento

As despesas registadas em “Despesas de investigação e de desenvolvimento” dizem respeito, no seu essencial, a projetos e despesas com sistemas informáticos.

Nota 27 – Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado

Os movimentos ocorridos durante o exercício, nas rubricas do ativo imobilizado, constante do balanço podem ser resumidos como se segue:

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas do Município de Sintra – Exercício 2014

Mapa Ativo Bruto

| (Euros) | | | | | | |
|--|--|-----------------------|----------------------|--------------------|-----------------------|-----------------------|
| Contas | Rubricas | Saldo Inicial | Aumentos | Alienações | Transf//Abates | Saldo Final |
| De Bens do Domínio Público: | | 272.461.866,74 | 2.133.285,29 | 0,00 | -1.023.230,66 | 273.571.921,37 |
| 451000000 | Terrenos e Recursos Naturais | 16.627.188,13 | 978.065,95 | 0,00 | 117.538,77 | 17.722.792,85 |
| 453000000 | Outras Construções | 244.433.176,62 | 417.524,19 | 0,00 | 669.055,45 | 245.519.756,26 |
| 459000000 | Outros bens domínio público | 520.872,38 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 520.872,38 |
| 445110000/445120000 | Imobilizações em Curso | 10.880.629,61 | 737.695,15 | 0,00 | -1.809.824,88 | 9.808.499,88 |
| De Imobilizações Incorpóreas: | | 3.901.165,66 | 317.720,77 | 0,00 | -1.070.917,20 | 3.147.969,23 |
| 431000000 | Despesas de instalação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 432000000 | Despesas de investigação e desenvolvimento | 2.604.647,21 | 0,00 | 0,00 | -514.502,04 | 2.090.145,17 |
| 433000000 | Propriedade Industrial e outros direitos | 573.203,91 | 63.343,49 | 0,00 | -222.159,68 | 414.387,72 |
| 436000000 | Benfeitorias | 112.545,56 | 0,00 | 0,00 | -26.173,89 | 86.371,67 |
| 443000000 | Imobilizações em Curso | 610.768,98 | 254.377,28 | 0,00 | -308.081,59 | 557.064,67 |
| 449000000 | Adiantamento por conta imobilizações incorpóreas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| De Imobilizações Corpóreas: | | 677.858.196,40 | 90.309.016,88 | -466.374,43 | -78.519.766,61 | 689.181.072,24 |
| 421000000 | Terrenos e recursos naturais | 203.936.833,47 | 7.258.363,16 | -13.200,60 | -554.064,95 | 210.627.931,08 |
| 422000000 | Edifícios e outras construções | 380.396.151,64 | 62.532.021,03 | -101.985,68 | -55.758.992,59 | 387.067.194,40 |
| 423000000 | Equipamento básico | 45.615.138,06 | 11.014.579,93 | -5.040,93 | -11.048.181,71 | 45.576.495,35 |
| 424000000 | Equipamento de transporte | 8.623.783,59 | 473.637,76 | 0,00 | -283.517,52 | 8.813.903,83 |
| 425000000 | Ferramentas e Utensílios | 1.293.002,44 | 17.223,86 | 0,00 | -2.005,89 | 1.308.220,41 |
| 426000000 | Equipamento Administrativo | 19.663.027,24 | 1.738.515,99 | -282.120,98 | -998.638,68 | 20.120.783,57 |
| 429000000 | Outras Imobilizações Corpóreas | 2.590.274,26 | 113.366,59 | -64.026,24 | -114.357,36 | 2.525.257,25 |
| 442100000/442210000/442220001/44260001 | Imobilizações em Curso | 15.722.087,49 | 7.161.308,56 | 0,00 | -9.760.007,91 | 13.123.388,14 |
| 448000000 | Adiantamento por conta imobilizações incorpóreas | 17.898,21 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 17.898,21 |
| De Investimentos Financeiros: | | 90.245.709,30 | 351.877,43 | -2.750,00 | -11.460.217,03 | 79.134.619,70 |
| 41110000 | Partes Capital | 6.058.077,21 | 1.910,63 | 0,00 | 0,00 | 6.059.987,84 |
| De Investimentos em Imóveis: | | | | | | |
| 414000000 | Investimentos em imóveis | 84.187.632,09 | 349.966,80 | -2.750,00 | -11.460.217,03 | 73.074.631,86 |
| 441000000 | Imobilizações em curso | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Mapa das Amortizações e Provisões

| (Euros) | | | | | |
|--------------------------------------|--|-----------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|
| Contas | Rubricas | Saldo inicial | Reforço | Regularizações | Saldo final |
| De Bens do Domínio Público: | | 56.934.152,42 | 11.765.443,63 | -19,22 | 68.699.576,83 |
| 451000000 | Terrenos e Recursos Naturais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 453000000 | Outras Construções | 56.912.498,75 | 11.765.021,28 | -19,22 | 68.677.500,81 |
| 459000000 | Outros bens domínio público | 21.653,67 | 422,35 | 0,00 | 22.076,02 |
| 445110000/445120001/445130000 | Imobilizações em Curso | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| De Imobilizações Incorpóreas: | | 2.092.718,56 | 387.587,26 | -323.869,55 | 2.156.436,27 |
| 431000000 | Despesas de instalação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 432000000 | Despesas de investigação e desenvolvimento | 1.476.857,89 | 382.377,80 | -157.208,95 | 1.702.026,74 |
| 433000000 | Propriedade Industrial e outros direitos | 505.030,65 | 3.493,82 | -140.486,61 | 368.037,86 |
| 436000000 | Benfeitorias | 110.830,02 | 1.715,64 | -26.173,99 | 86.371,67 |
| 443000000 | Imobilizações em Curso | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| De Imobilizações Corpóreas: | | 194.217.380,34 | 15.022.164,75 | 2.446.247,69 | 211.685.792,78 |
| 421000000 | Terrenos e recursos naturais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 422000000 | Edifícios e outras construções | 126.780.169,13 | 9.715.143,94 | 6.461.780,39 | 142.957.093,46 |
| 423000000 | Equipamento básico | 38.725.009,48 | 3.978.457,92 | -3.095.805,93 | 39.607.661,47 |
| 424000000 | Equipamento de transporte | 7.819.174,51 | 349.497,75 | -33.869,97 | 8.134.802,29 |
| 425000000 | Ferramentas e Utensílios | 1.224.421,28 | 37.370,88 | -1.536,30 | 1.260.255,86 |
| 426000000 | Equipamento Administrativo | 17.998.578,15 | 795.320,83 | -821.304,08 | 17.972.594,90 |
| 429000000 | Outras Imobilizações Corpóreas | 1.670.027,79 | 146.373,43 | -63.016,42 | 1.753.384,80 |
| 442210000/442220001 | Imobilizações em Curso | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| De Investimentos em Imóveis: | | 5.037.738,83 | 582.511,14 | -1.060.443,72 | 4.559.806,25 |
| 414000000 | Investimentos em imóveis | 5.037.738,83 | 582.511,14 | -1.060.443,72 | 4.559.806,25 |

Nota 36 – Vendas e prestações de serviços por atividade

| <i>(Euros)</i> | | |
|------------------------|----------------------|----------------------|
| | 2014 | 2013 |
| Venda de mercadorias | 18.152.250,68 | 18.852.187,32 |
| Venda de produtos | 0,00 | 0,00 |
| Prestações de serviços | 46.267.853,02 | 48.086.709,60 |
| Total | 64.420.103,70 | 66.938.896,92 |

Nota 38 – Situações que afetem significativamente os impostos futuros

As empresas municipais são sujeitos passivos de imposto sobre o rendimento.

Os impostos diferidos são registados nas situações aplicáveis de acordo com a NCRF 25.

Por uma questão de prudência a empresa municipal EDUCA optou por não efetuar o diferimento de qualquer ativo relativo a prejuízos fiscais reportáveis, dado não existirem garantias de resultados positivos que permitam absorver os referidos prejuízos, e dado ter sido decidido em fevereiro de 2014 a dissolução da empresa, o que implica a perda do reporte dos prejuízos fiscais, dada a entidade que sucede à Educa, Município de Sintra, não ser sujeito passivo de IRC.

Nota 39 – Remunerações atribuídas aos órgãos sociais das entidades incluídas no perímetro de consolidação

As remunerações certas e permanentes dos membros de órgãos autárquicos do Município de Sintra e órgãos sociais das empresas municipais totalizaram, no ano de 2014, o valor de 270.181,08 euros.

| <i>(Euros)</i> | |
|--|-------------------|
| ENTIDADE | VALOR |
| MUNICÍPIO DE SINTRA | 227.051,00 |
| SMAS Sintra - Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra | 0,00 |
| EDUCA – Empresa Mun. de Gestão e Manutenção de Equipamentos Educativos de Sintra, E.E.M. - Sociedade em liquidação | 0,00 |
| HPEM – Higiene Pública, E.E.M. - Sociedade em liquidação | 0,00 |
| SINTRA QUORUM, E.M. – Gestão de equipamentos Culturais e Turísticos, E.M. - Sociedade em liquidação | 0,00 |
| EMES – Empresa Municipal de Estacionamento de Sintra, E.E.M. | 43.130,08 |
| TOTAL | 270.181,08 |

Nota 44 – Demonstração consolidada dos resultados financeiros

| | | (Euros) | |
|-----------------------------|--|---------------------|---------------------|
| Códigos das contas POCAL | | Exercícios | |
| | | 2014 | 2013 |
| | Custos e Perdas Financeiros | | |
| 681 | Juros suportados | 1.547.658,33 | 1.887.078,76 |
| 682 | Perdas em entidades participadas | 0,00 | 0,00 |
| 683 | Amortizações de investimentos em imóveis | 582.511,14 | 585.253,16 |
| 684 | Provisões para aplicações financeiras | 0,00 | 3.805,24 |
| 685 | Diferenças de câmbio desfavoráveis | 0,00 | 0,00 |
| 687 | Perdas alienação aplicações tesouraria | 0,00 | 0,00 |
| 688 | Outros custos e perdas financeiros | 51.617,78 | 40.996,69 |
| | Resultados Financeiros | 4.612.746,14 | 3.754.357,73 |
| | Total | 6.794.533,39 | 6.271.491,58 |
| | Proveitos e Ganhos Financeiros | | |
| 781 | Juros obtidos | 982.505,26 | 571.099,84 |
| 782 | Ganhos em entidades participadas | 0,00 | 0,00 |
| 783 | Rendimentos de imóveis | 5.681.532,90 | 5.628.145,37 |
| 784 | Rendimentos de participações capital | 86.856,66 | 19.413,32 |
| 785 | Diferenças de câmbio favoráveis | 0,00 | 0,00 |
| 786 | Descontos de pronto pagamento obtidos | 4.470,23 | 1.349,87 |
| 787 | Ganhos alienação aplicações tesouraria | 0,00 | 0,00 |
| 788 | Outros proveitos e ganhos financeiros | 39.168,34 | 51.483,18 |
| | Total | 6.794.533,39 | 6.271.491,58 |

Nota 45 – Demonstração consolidada dos resultados extraordinários

| | | (Euros) | |
|-----------------------------|--|---------------------|---------------------|
| Códigos das contas POCAL | | Exercícios | |
| | | 2014 | 2013 |
| | Custos e Perdas Extraordinários | | |
| 691 | Transferências capital concedidas | 1.694.807,14 | 2.760.977,33 |
| 692 | Dívidas incobráveis | 72.429,49 | 197.950,42 |
| 693 | Perdas em existências | 6.485,40 | 31.358,48 |
| 694 | Perdas em imobilizado | 46.126,31 | 183.908,69 |
| 695 | Multas e penalidades | 9.236,22 | 11.943,32 |
| 696 | Aumentos de amortizações e provisões | 0,00 | 0,00 |
| 697 | Correcções relativas a exercícios anteriores | 1.920.601,59 | 1.379.520,27 |
| 698 | Outros custos e perdas extraordinários | 377.239,31 | 678.865,84 |
| | Resultados Extraordinários | 4.414.560,09 | 1.450.428,53 |
| | Total | 8.541.485,55 | 6.694.952,88 |
| | Proveitos e Ganhos Extraordinários | | |
| 791 | Restituição de impostos | 0,00 | 0,00 |
| 792 | Recuperação de dívidas | 0,00 | 646,38 |
| 793 | Ganhos em existências | 41.288,32 | 79.713,16 |
| 794 | Ganhos em imobilizado | 159.928,83 | 209.336,03 |
| 795 | Benefícios penalidades contratuais | 16.350,77 | 2.545,89 |
| 796 | Reduções de amortizações e provisões | 2.694.559,94 | 1.930.291,28 |
| 797 | Correcções relativas a exercícios anteriores | 1.233.958,77 | 827.028,54 |
| 798 | Outros proveitos e ganhos extraordinários | 4.395.398,92 | 3.645.391,60 |
| | Total | 8.541.485,55 | 6.694.952,88 |

Nota 46 – Desdobramento da conta de provisões e movimentos do exercício

| PROVISÕES ACUMULADAS CONSOLIDADAS - 2014 | | | | | |
|---|----------------------|----------------------|---------------------|----------------------------------|----------------------|
| (Euros) | | | | | |
| <i>Rubricas</i> | <i>Saldo Inicial</i> | <i>Aumentos</i> | <i>Reduções</i> | <i>Regularização /Utilização</i> | <i>Saldo Final</i> |
| Provisões para aplicações de tesouraria | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Provisões para cobranças duvidosas | 35.304.330,81 | 2.864.662,86 | 2.091.104,38 | -174.323,39 | 35.903.565,90 |
| Provisões para riscos e encargos | 348.716,80 | 113.530,08 | 26.897,10 | 0,00 | 435.349,78 |
| Provisões para riscos e encargos processos judiciais em curso | 11.226.404,07 | 6.617.108,18 | 58.674,16 | -925.429,48 | 16.859.408,61 |
| Provisões para riscos e encargos acidentes de trabalho e doença | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Provisões para riscos e encargos juros de mora | 3.555.000,00 | 1.642.041,26 | 1.933.303,36 | -1.982.891,95 | 1.280.845,95 |
| Provisões para depreciação de existências | 26.937,78 | 0,00 | 26.937,78 | 0,00 | 0,00 |
| Provisões para investimentos financeiros | 5.000,02 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,02 |
| Total | 50.466.389,48 | 11.237.342,38 | 4.136.916,78 | -3.082.644,82 | 54.484.170,26 |

Nota 47 – Bens utilizados em regime de locação financeira e ou operacional – valores contabilísticos

| (Euros) | | |
|----------------------------|--------------------------|------------------------|
| <i>Designação dos Bens</i> | <i>Valor do Contrato</i> | <i>Valor em dívida</i> |
| Locação Financeira | 33.738,15 | 11.924,00 |
| Viaturas | 33.738,15 | 11.924,00 |
| Locação Operacional | 113.779,68 | 10.723,78 |
| Viaturas | 113.779,68 | 10.723,78 |
| | 147.517,83 | 22.647,78 |

VII – Informações diversas

Nota 49 – Outras informações exigidas por diplomas legais

Desagregação do endividamento consolidado de médio e longo prazo

| <i>Código/Designação das contas a)</i> | <i>Dívidas a terceiros de médio e longo prazo</i> | | | | | <i>Eliminação de créditos/Dívidas Recíprocos</i> | <i>Grupo Público Consolidado</i> |
|---|---|---|--|----------|----------------------|--|----------------------------------|
| | <i>Designação do Município</i> | <i>Designação do Serviço Municipalizado</i> | <i>Designação da empresa Municipal</i> | | <i>TOTAL</i> | | |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6=2+3+4+5 | 7 | 8=6-7 |
| 2312 - Empréstimos de Médio e Longo Prazo | Município de Sintra | | | | 58.958.976,23 | | 58.958.976,23 |
| Total | | | | | 58.958.976,23 | 0,00 | 58.958.976,23 |

Mapa da dívida bruta consolidada e desagregado por maturidade e natureza

| Código / Designação das contas a) | Dívidas a terceiros b) | | | | | | | Eliminação de créditos / dívidas recíprocos | Grupo autárquico consolidado |
|--------------------------------------|------------------------|---------------------|---------------------|-------------------|------------------|---------------------|----------------------|---|------------------------------|
| | Município de Sintra | Educa | HPEM | Sintra Quorum | EMES | SMAS | TOTAL | | |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8=2+3+4+5+6+7 | 9 | 10 |
| Dívida médio/ longo prazo (*) | | | | | | | | | |
| Empréstimos bancários | 58.958.976,23 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 58.958.976,23 | 0,00 | 58.958.976,23 |
| Outros credores | 925.602,72 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 925.602,72 | -925.602,72 | 0,00 |
| Dívida de curto prazo (*) | | | | | | | | | |
| Empréstimos bancários | 8.869.771,76 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8.869.771,76 | 0,00 | 8.869.771,76 |
| Fornecedores C/C | 2.973.430,33 | 61.443,33 | 1.454.416,77 | 236.337,63 | 1.322,58 | 1.135.323,73 | 5.862.274,37 | -9.183,58 | 5.853.090,79 |
| Outros credores | 5.724.189,91 | 2.608.855,00 | 3.979.544,57 | 437.282,90 | 30.587,45 | 1.062.616,42 | 13.843.076,25 | -7.825.056,81 | 6.018.019,44 |
| | | | | | | | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total | 77.451.970,95 | 2.670.298,33 | 5.433.961,34 | 673.620,53 | 31.910,03 | 2.197.940,15 | 88.459.701,33 | -8.759.843,11 | 79.699.858,22 |

a) a desagregar de acordo com as rubricas do balanço consolidado relativas à dívida a terceiros - de curto e de médio / longo prazo

b) a desdobrar de acordo com as entidades abrangidas pelo perímetro de consolidação

(*) as dívidas englobam as operações não orçamentais

Mapa de saldos e fluxos financeiros entre as entidades do grupo

| (Euros) | | | | | | | | | | |
|--------------------------|--|----------------------|---------------------------|-------------------------|-------------------|--|----------------------|---------------------------|-------------------------|-------------|
| <i>Município/EDUCA</i> | | | | | | | | | | |
| | Município - Obrigações/Recebimentos/Pagamentos | | | | | EDUCA - Obrigações/Recebimentos/Pagamentos | | | | |
| Tipos de fluxos | Saldo inicial | Obrigações /Direitos | Recebimentos do exercício | Pagamentos do exercício | Saldo final | Saldo inicial | Obrigações /Direitos | Recebimentos do Exercício | Pagamentos do exercício | Saldo final |
| Transferências | | | | | 0,00 | | | | | 0,00 |
| Subsídios | | 243.594,50 | -243.594,50 | | 0,00 | | | | | 0,00 |
| Relações comerciais | | | | | 0,00 | | -200,00 | | 200,00 | 0,00 |
| Participações do Capital | | | | | 0,00 | | | | | 0,00 |
| Coberturas de Prejuízos | | -1.578.589,70 | | 1.551.096,13 | -27.493,57 | | 1.551.096,13 | -1.551.096,13 | | 0,00 |
| Outros | | | | | 0,00 | | | | | 0,00 |
| TOTAL | 0,00 | -1.334.995,20 | -243.594,50 | 1.551.096,13 | -27.493,57 | 0,00 | 1.550.896,13 | -1.551.096,13 | 200,00 | 0,00 |

| (Euros) | | | | | | | | | | |
|----------------------------|--|----------------------|---------------------------|-------------------------|----------------------|---|----------------------|---------------------------|-------------------------|---------------------|
| <i>Município/SMAS</i> | | | | | | | | | | |
| | Município - Obrigações/Recebimentos/Pagamentos | | | | | SMAS - Obrigações/Recebimentos/Pagamentos | | | | |
| Tipos de fluxos | Saldo inicial | Obrigações /Direitos | Recebimentos do exercício | Pagamentos do exercício | Saldo final | Saldo inicial | Obrigações /Direitos | Recebimentos do Exercício | Pagamentos do exercício | Saldo final |
| Transferências | | | | | 0,00 | | | | | 0,00 |
| Subsídios | | | | | 0,00 | | | | | 0,00 |
| Relações comerciais | -1.298.088,00 | -764.819,20 | -45.500,00 | 2.049.280,78 | -59.126,42 | 1.436.463,45 | 628.870,73 | -2.049.280,78 | 45.500,00 | 61.553,40 |
| Distribuição de resultados | | 763.865,46 | -763.865,46 | | 0,00 | | -763.865,46 | | 763.865,46 | 0,00 |
| Coberturas de Prejuízos | | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | | | | | 0,00 |
| Operações Intern. (O) | | -2.380.743,66 | | 661.427,70 | -1.719.315,96 | | -4.101.408,52 | | 3.808.361,90 | -293.046,62 |
| Operações Intern. (D) | | 4.105.471,18 | -3.808.361,90 | | 297.109,28 | | 2.380.743,66 | -661.427,70 | | 1.719.315,96 |
| TOTAL | -1.298.088,00 | 1.723.773,78 | -4.617.727,36 | 2.710.708,48 | -1.481.333,10 | 1.436.463,45 | -1.855.659,59 | -2.710.708,48 | 4.617.727,36 | 1.487.822,74 |

| (Euros) | | | | | | | | | | |
|--------------------------|--|----------------------|---------------------------|-------------------------|-------------------|--|----------------------|---------------------------|-------------------------|--------------------|
| <i>Município/SQUORUM</i> | | | | | | | | | | |
| | Município - Obrigações/Recebimentos/Pagamentos | | | | | SQUORUM - Obrigações/Recebimentos/Pagamentos | | | | |
| Tipos de fluxos | Saldo inicial | Obrigações /Direitos | Recebimentos do exercício | Pagamentos do exercício | Saldo final | Saldo inicial | Obrigações /Direitos | Recebimentos do Exercício | Pagamentos do exercício | Saldo final |
| Transferências | | | | | 0,00 | | | | | 0,00 |
| Subsídios | | -398.993,58 | | 551.701,36 | 152.707,78 | | 383.665,63 | -551.701,36 | | -168.035,73 |
| Relações comerciais | | -33.395,58 | -15.743,00 | 49.138,58 | 0,00 | 17.869,91 | 56.086,34 | -49.138,58 | 15.743,00 | 40.560,67 |
| Participações do Capital | | | | | 0,00 | | | | | 0,00 |
| Coberturas de Prejuízos | | -103.000,00 | | 103.000,00 | 0,00 | | 103.000,00 | -103.000,00 | | 0,00 |
| Outros | | | | | 0,00 | | | | | 0,00 |
| TOTAL | 0,00 | -535.389,16 | -15.743,00 | 703.839,94 | 152.707,78 | 17.869,91 | 542.751,97 | -703.839,94 | 15.743,00 | -127.475,06 |

| (Euros) | | | | | | | | | | |
|--------------------------|--|----------------------|---------------------------|-------------------------|-------------|---|----------------------|---------------------------|-------------------------|-------------|
| <i>Município/HPEM</i> | | | | | | | | | | |
| | Município - Obrigações/Recebimentos/Pagamentos | | | | | HPEM - Obrigações/Recebimentos/Pagamentos | | | | |
| Tipos de fluxos | Saldo inicial | Obrigações /Direitos | Recebimentos do exercício | Pagamentos do exercício | Saldo final | Saldo inicial | Obrigações /Direitos | Recebimentos do Exercício | Pagamentos do exercício | Saldo final |
| Transferências | | | | | 0,00 | | | | | 0,00 |
| Subsídios | | 1.938,55 | -1.938,55 | | 0,00 | | -1.938,55 | | 1.938,55 | 0,00 |
| Relações comerciais | | 1.500,00 | -1.500,00 | | 0,00 | | -1.500,00 | | 1.500,00 | 0,00 |
| Participações do Capital | | | | | 0,00 | | | | | 0,00 |
| Coberturas de Prejuízos | | -5.291.109,93 | | 5.291.109,93 | 0,00 | | 5.291.109,93 | -5.291.109,93 | | 0,00 |
| Outros | | | | | 0,00 | | | | | 0,00 |
| TOTAL | 0,00 | -5.287.671,38 | -3.438,55 | 5.291.109,93 | 0,00 | 0,00 | 5.287.671,38 | -5.291.109,93 | 3.438,55 | 0,00 |

| (Euros) | | | | | | | | | | |
|--------------------------|---|----------------------|---------------------------|-------------------------|------------------|---|----------------------|---------------------------|-------------------------|-------------|
| <i>SMAS/HPEM</i> | | | | | | | | | | |
| | SMAS - Obrigações/Recebimentos/Pagamentos | | | | | HPEM - Obrigações/Recebimentos/Pagamentos | | | | |
| Tipos de fluxos | Saldo inicial | Obrigações /Direitos | Recebimentos do exercício | Pagamentos do exercício | Saldo final | Saldo inicial | Obrigações /Direitos | Recebimentos do Exercício | Pagamentos do exercício | Saldo final |
| Transferências | | | | | 0,00 | | | | | 0,00 |
| Subsídios | | | | | 0,00 | | | | | 0,00 |
| Relações comerciais | -1.710,58 | -114.960,35 | 115.616,02 | | -1.054,91 | 656,20 | 114.959,87 | | -115.616,07 | 0,00 |
| Participações do Capital | | | | | 0,00 | | | | | 0,00 |
| Coberturas de Prejuízos | | | | | 0,00 | | | | | 0,00 |
| Outros | | | | | 0,00 | | | | | 0,00 |
| TOTAL | -1.710,58 | -114.960,35 | 115.616,02 | 0,00 | -1.054,91 | 656,20 | 114.959,87 | 0,00 | -115.616,07 | 0,00 |

Nota: Nos Fluxos HPEM/SMAS não estão consideradas as OTS

VIII – Outras informações

1. No exercício de 2014 a consolidação de contas do Grupo Município de Sintra não apresenta na sua globalidade critérios contabilísticos homogêneos, tal como refere a portaria n.º 474/2010. Simultaneamente alguns saldos das operações intra-grupo encontram-se por reconciliar. No entanto, conforme referido no ponto IV – Informações relativas a políticas contabilísticas - é convicção do Município que, desta situação não resulta divergências materialmente relevantes relativamente às demonstrações financeiras consolidadas apresentadas.

2. Como já foi referido anteriormente foi aprovada a dissolução e liquidação das empresas municipais EDUCA, E.E.M. e HPEM, E.E.M., e posteriormente a da SINTRA QUORUM E.E.M., que numa primeira fase assistiu à respetiva internalização da atividade do Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas (MASMO):

- Ao nível da HPEM EEM, a atividade da limpeza urbana foi internalizada em março na Câmara Municipal de Sintra e a da recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos, foi internalizada em abril nos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra. Os contratos celebrados com os principais prestadores de serviços foram objeto de cedência da posição contratual tendo os encargos associados sido registados no Município enquanto acréscimo de custos até à efetiva escrituração da cedência.

- No caso específico da EDUCA EEM, e da atividade de gestão dos refeitórios escolares, os encargos foram igualmente objeto de registo do respetivo acréscimo de custos a partir de março, tendo a receita dos refeitórios passado a ser liquidada pela CMS a partir de 1 de maio, à semelhança do que sucedeu com a receita e encargos de exploração dos complexos desportivos municipais e outros encargos de gestão corrente das escolas.

Em termos de gestão dos transportes escolares, os encargos associados às prestações de serviços contratadas passaram para a CMS com efeitos a março de 2014.

No âmbito das atividades internalizadas, associadas à EDUCA, EEM, à HPEM, EEM e ao MASMO, competiu já à CMS assegurar o pagamento dos subsídios de férias do pessoal “internalizado”. Tratando-se de um direito vencido no final de 2013, o custo associado encontra-se registado nas empresas municipais, no exercício anterior. No final de 2014 os acréscimos de custos da CMS, relativos ao vencimento do direito a férias e subsídio de férias, encontram-se acrescidos da estimativa com o pessoal internalizado até aquela data.

Na sequência do processo de internalização em curso da HPEM, EEM, EDUCA, EEM, e Sintra Quórum, no que respeita à atividade do MASMO, foram transferidos para a CMS todos os

ativos imobilizados (edifícios, equipamento básico, administrativo e de transporte), valorizados pela CMS no total de 37.789.719,34 euros, e para os SMAS ativos no valor de 562.596,18 euros.

3. Neste exercício foi deliberado ainda a dissolução da associação sem fins lucrativos, de direito privado, AMES – Agência Municipal de Energia de Sintra, cuja extinção teve efeitos fiscais a 29 de dezembro de 2014 e implicou a transferência de ativos líquidos para o Município de 62.491,85 euros.

4. O processo de liquidação HPEM e EDUCA não está concluído. No entanto, o resultado das diversas operações de internalização realizadas ao longo deste exercício, no montante de 23.819.743 euros, foi desde já reconhecido pelo Grupo, em fundos próprios, como resultado de internalização.



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

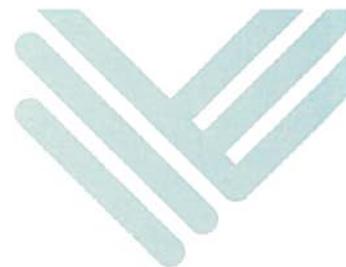
CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da **CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA**, as quais compreendem o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2014, (que evidencia um total de 850.617.639 euros e um total de fundos próprios de 676.263.562 euros, incluindo um resultado líquido de 18.471.743 euros), a Demonstração Consolidada dos Resultados por Natureza, o Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado de Operações Orçamentais do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Executivo Camarário a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.



3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação das demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Executivo Municipal, utilizadas na sua preparação;
- a verificação das operações de consolidação e, quando aplicável, da aplicação do método da equivalência patrimonial;

a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.



5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

1. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA**, em 31 de Dezembro de 2014, o resultado consolidado das suas operações e a execução orçamental consolidada relativa à despesa paga e à receita cobrada, no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos previstos no POCAL.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão consolidado é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

ÊNFASES

9. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, referimos que:



9.1 No final do exercício de 2001, com vista a adoção a partir de 01 de Janeiro de 2002 do Decreto-lei 54-A/99 de 22 de Dezembro (POCAL), o Município procedeu à identificação e valorização dos seus ativos e passivos elaborando o balanço inicial e apurando o património inicial. Nos termos do estipulado nos pontos 4.1.4 e 4.1.5 dos Critérios Valorimétricos do citado diploma, aos bens de domínio público não foi atribuído qualquer valor. Assim, à data de 31 de Dezembro de 2014, os bens de domínio público, já existentes à data de 31 de Dezembro de 2001 e que não foram objecto de qualquer investimento ou grande reparação, não integram o património do Município.

9.2 No final do exercício de 2014, nos termos da acção administrativa intentada, a SANEST – Saneamento da Costa do Estoril, S.A, reclama uma dívida aos serviços municipalizados da CMS no total de 1.845.278 euros. A este montante acresce o valor de 868.984 euros de juros de mora, decorridos até 21 de Maio de 2009, nos termos da acção administrativa intentada.

Por outro lado, a CMS, através dos seus serviços municipalizados, nos termos da acção administrativa por sua vez intentada, reclamam da SANEST o pagamento do montante de 1.564.420 euros, acrescido de juros de mora, no montante de 375.804 euros, como ressarcimento de prejuízos causados pela SANEST em virtude da não correção de IVA indevidamente liquidado por esta, no período de Julho de 2000 a Abril de 2003, no âmbito do contrato de recolha de efluentes.



Conforme referido no relatório de gestão, nas demonstrações financeiras dos SMAS de Sintra não estão evidenciados quaisquer daqueles montantes reclamados, não estando igualmente aqueles montantes refletidos nas contas consolidadas.

9.3 Até ao final de 2013, a CMS, no âmbito dos diversos contratos programa, efetuou regularmente transferências para as empresas municipais incluídas no perímetro de consolidação. A Administração Fiscal, pode interpretar que estas operações, direta ou indiretamente, induzem ao consumo e, nesse caso, entender que haveria lugar à liquidação de IVA, aquando do recebimento das verbas, contrariando o procedimento até agora adotado.

Lisboa, 15 de junho de 2015

Amável Alberto Freixo Calhau

Em representação de:

**“AMÁVEL CALHAU, RIBEIRO DA CUNHA & ASSOCIADOS
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas ”**



Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Câmara Municipal de Sintra

RELATÓRIO E PARECER DA SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

(Contas Consolidadas – Exercício de 2014)

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA

Largo Dr. Virgílio Horta

2714-501 Sintra

***AMÁVEL CALHAU, RIBEIRO DA CUNHA &
ASSOCIADOS - SROC***

Rua da Artilharia Um, nº104, 4º Esq.

1099-053 Lisboa



ÂMBITO DO TRABALHO

Ex.mos. Senhores.

Por proposta do executivo da Câmara Municipal de Sintra (doravante “CMS”), e por aprovação da Assembleia Municipal datada de 27 de Junho de 2014, foi a Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados – SROC nomeada para a realização da auditoria às contas do Município de Sintra, relativos ao exercício de 2014.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nos termos da alínea e) do n.º 2. do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da Câmara Municipal de Sintra, as quais compreendem o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2014, (que evidencia um total de 850.617.639 euros e um total de fundos próprios de 676.263.562 euros, incluindo um resultado líquido de 18.471.743 euros), a Demonstração Consolidada dos Resultados por Natureza, o Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado de Operações Orçamentais do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

ACESSO À INFORMAÇÃO

O nosso trabalho teve por base a informação contabilístico-financeira produzida pelo Município, bem como, toda a informação resultante das diversas reuniões tidas com os serviços.

FIABILIDADE DA INFORMAÇÃO

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e, tendo em consideração o referido no ponto 2- Internalização das empresas municipais do presente relatório, são comparáveis com as do exercício anterior.

RESPONSABILI- DADES

A obrigatoriedade de preparar demonstrações financeiras consolidadas decorre do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro (estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais).



Nos termos do artigo 5.º da Portaria 474/2010, de 01 de Julho, e até à publicação de normas de consolidação de contas previstas nos planos sectoriais ou de norma única de consolidação de contas aplicável a todas as administrações públicas que compõem o sector público administrativo, na elaboração das contas consolidadas devem ser observados os princípios de consolidação estabelecidos na orientação n.º 1/2010, que faz parte integrante da referida portaria.

É da responsabilidade do Executivo Camarário a preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa e os resultados das suas operações, bem como a adoção de critérios e políticas contabilísticas adequadas e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

Em reunião de 9 de junho de 2015, o Executivo Camarário deliberou a aprovação dos documentos de prestação de contas consolidadas relativos ao exercício de 2014 sobre os quais agora nos pronunciamos. Deliberou ainda, remeter os documentos de Prestação de Contas à Assembleia Municipal para apreciação e votação.

NORMATIVO (POCAL)

O Município elaborou as suas Demonstrações Financeiras Consolidadas com base no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos e de acordo com os princípios contabilísticos previstos no POCAL – Plano Oficial de Contas das Autarquias Locais.

TRABALHO DESENVOLVIDO

A nossa revisão foi efetuada de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e incluiu, entre outros, os seguintes procedimentos:

1. Identificação das empresas a incluir na consolidação, bem como a determinação dos interesses da empresa-mãe nas filiais e associadas;



2. Análise do trabalho desenvolvido pela CMS, no que concerne à adoção uniforme de critérios valorimétricos entre as empresas incluídas no perímetro de consolidação;
3. A harmonização dos princípios e políticas contabilísticas, dos critérios valorimétricos e da estrutura da apresentação das demonstrações financeiras;
4. Verificação de que as transações entre as empresas do conjunto estão adequadamente identificadas e que os saldos das contas entre as empresas do conjunto foram conciliados e, se necessário, ajustados;
5. Acompanhamos o processo de internalização das empresas municipais em liquidação, conforme aprovado pelo Executivo Camarário e pela Assembleia Municipal de Sintra, em Fevereiro de 2014;
6. Análise do método de consolidação adotado para cada uma das entidades incluídas no perímetro de consolidação;
7. Verificação e análise da determinação das diferenças de consolidação e dos interesses minoritários;
8. Análise da opinião expressa pelo revisor oficial de contas relativamente a cada uma das entidades incluídas no perímetro de consolidação;
9. Verificação da conformidade do relatório de gestão consolidado com o balanço consolidado, demonstração de resultados por naturezas consolidados e respetivos Anexos;

**Limitações de
Âmbito**

O trabalho desenvolvido não esteve sujeito a qualquer restrição e / ou limitação de âmbito.



SÍNTESE DE AUDITORIA

1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

BALANÇO CONSOLIDADO

| Activo | 31-12-2013 | 31-12-2014 | Fundos Próprios e Passivo | 31-12-2013 | 31-12-2014 |
|-------------------------------------|--------------------|--------------------|---|--------------------|--------------------|
| Imobilizado Incorpóreo | 3.290.397 | 2.590.904 | Fundos Próprios | | |
| Imobilizado Corpóreo | 662.136.109 | 676.057.684 | Património | 341.149.802 | 343.446.125 |
| Bens de Domínio Público | 261.581.237 | 263.763.421 | Reservas Legais | 13.418.874 | 14.248.939 |
| Imobilizado em Curso | 27.213.487 | 23.488.953 | Doações | 38.379.928 | 34.524.921 |
| Amortizações Acumuladas | (258.281.990) | (287.101.612) | Cedências | 7.288 | 0 |
| Imobilizado Financeiro | 90.245.709 | 79.135.153 | Integração Património Cacém Polis | 15.326.367 | 16.656.799 |
| Provisões Investimento Financeiro | (5.002) | (5.000) | Internalização Emp. Municipais | 0 | 23.882.576 |
| Existências | 2.414.019 | 2.372.568 | Diferenças de consolidação | -17.853.836 | -2.083.991 |
| Dívidas de Terceiros | 19.657.192 | 13.215.896 | Resultados Transitados | 257.482.726 | 227.116.450 |
| Títulos negociáveis | 399 | 0 | Resultado Líquido | 15.827.766 | 18.471.743 |
| Depósitos em Instituições Bancárias | 48.495.489 | 65.728.143 | Total Fundos Próprios | 663.738.915 | 676.263.562 |
| Acréscimos e Diferimentos Activos | 8.467.810 | 11.371.529 | Passivo | | |
| | | | Provisões para Riscos e Encargos | 15.130.121 | 18.575.604 |
| | | | Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo: | | |
| | | | Empresimos a Médio e Longo Prazo | 67.825.493 | 58.958.976 |
| | | | Outros Credores Médio e Longo Prazo | 0 | 0 |
| | | | Dívidas a terceiros - Curto Prazo: | | |
| | | | Dívidas a Terceiros de Curto Prazo | 32.934.016 | 20.740.883 |
| | | | Acréscimos e Diferimentos Passivos | 85.586.311 | 76.078.614 |
| | | | Total Passivo | 201.475.941 | 174.354.077 |
| Total Activo | 865.214.856 | 850.617.639 | Total Fundos Próprios e Passivo | 865.214.856 | 850.617.639 |

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA**

| Descrição | 31-12-2013 | 31-12-2014 | Descrição | 31-12-2013 | 31-12-2014 |
|---------------------------------------|--------------------|--------------------|--|--------------------|--------------------|
| Custos e Perdas | | | Proveitos e Ganhos | | |
| CMVMC | 1.241.257 | 925.305 | Vendas e Prestação de Serviços | 1.719.850 | 3.689.986 |
| Fornecimentos e Serviços Externos | 27.821.954 | 32.979.236 | Impostos e Taxas | 84.147.663 | 86.079.732 |
| Variação de Produção | 0 | 0 | Variação de Produção | 0 | 0 |
| Custos com Pessoal | 42.790.319 | 45.566.956 | Trabalhos para a própria entidade | 252.442 | 58.091 |
| Transferências e Subsídios Correntes | 35.778.280 | 15.747.991 | Proveitos Suplementares | 3.192 | 0 |
| Amorizações do Exercício | 15.154.620 | 15.646.397 | Transferências e Subsídios Obtidos | 52.799.998 | 47.413.123 |
| Provisões do Exercício | 4.823.317 | 7.258.692 | Transferências e Subsídios Correntes | 0 | 0 |
| Outros Custos e Perdas Operacionais | 484.959 | 431.636 | Outros Proveitos e Ganhos Operacionais | 103.602 | 222.550 |
| Custos e Perdas Operacionais | 128.094.705 | 118.556.213 | Proveitos e Ganhos Operacionais | 139.026.747 | 137.463.482 |
| Custos e Perdas Financeiros | 4.666.699 | 2.557.065 | Proveitos e Ganhos Financeiros | 5.960.228 | 6.484.589 |
| Custos e Perdas Correntes | 132.761.403 | 121.113.278 | Proveitos e Ganhos Correntes | 144.986.975 | 143.948.072 |
| Custos e Perdas Extraordinários | 4.237.033 | 3.358.140 | Proveitos e Ganhos Extraordinários | 7.808.688 | 5.009.497 |
| Custos e Perdas do Exercício | 136.998.436 | 124.471.417 | Proveitos Totais | 152.795.663 | 148.957.569 |
| Resultados Operacionais | 10.932.042 | 18.907.270 | | | |
| Resultados Financeiros | 1.293.530 | 3.927.524 | | | |
| Resultados Correntes | 12.225.572 | 22.834.794 | | | |
| Resultado Líquido do Exercício | 15.797.227 | 24.486.151 | | | |



2. INTERNALIZAÇÃO DAS EMPRESAS MUNICIPAIS

Em Fevereiro de 2014, o Executivo Camarário e a Assembleia Municipal da CMS, aprovaram a dissolução e liquidação das empresas municipais Educa, e HPEM bem como o “Plano de Internalização” de todas as atividades desenvolvidas por estas empresas. Neste contexto, foram mandatados os respetivos Conselhos de Administração para deliberar a dissolução e dar início ao processo de liquidação, indicando a respetiva comissão liquidatária, o que ocorreu em 2014.

Nos termos do referido “Plano de Internalização”, foi ainda aprovada a internalização da atividade desenvolvida pelo Museu Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas, até agora parte integrante da atividade da empresa municipal Sintra Quorum, bem como proceder à transformação desta numa sociedade anónima unipessoal de responsabilidade limitada.

No entanto, de referir que, no que concerne à Sintra Quorum, face à recusa do visto do Tribunal de Contas ao processo de transformação da empresa, foi entretanto decidido pela Assembleia Municipal, em Novembro de 2014, dar início ao processo de liquidação/dissolução da empresa e proceder à internalização da atividade daquela entidade, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2015.

De referir que, no final do primeiro semestre de 2014, todas as atividades anteriormente desenvolvidas pela EDUCA e HPEM estavam internalizadas e, no final do exercício, no essencial, todos os contratos de prestação de serviços já tinham sido objeto de cessão de posição contratual para a CMS e SMAS de Sintra.

Na sequência do processo de internalização em curso, a HPEM a EDUCA e Sintra Quórum transferiram, para a CMS e SMAS de Sintra, edifícios, equipamento básico, administrativo e de transporte, valorizados nas contas do Grupo pelo valor contabilístico constante nas demonstrações financeiras daquelas entidades, no total de 38.352.315 euros.

De referir que o imobilizado móvel transferido da EDUCA e HPEM, para a CMS, no total de 2.084.405 euros, não foi amortizado neste exercício pois será objeto de inventariação no exercício de 2015. Desta inventariação poderão resultar alterações ao imobilizado integrado.



O processo de liquidação HPEM e EDUCA não está concluído. No entanto, o resultado das diversas operações de internalização realizadas ao longo deste exercício, no montante de 23.819.743 euros., foram desde já reconhecidas em fundos próprios, como resultado de internalização. Como consequência, as diferenças de consolidação relativamente a estas duas entidades são nulas.

Assim, no final do exercício de 2014, o resultado global da internalização em curso, registado na rubrica de fundos próprios, incluindo a transferência de ativos da AMES – Agência Municipal de Energia de Sintra (AMES), liquidada neste exercício, é positivo, no montante de 23.882.576 euros.

3. SÚMULA DAS PRINCIPAIS CONCLUSÕES

3.1 – ENTIDADES INCLUIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Conforme referido na nota 1 do ABDR, integram o perímetro de consolidação as empresas identificadas no quadro seguinte, dando cumprimento ao estipulado no artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais:

| Entidade | Valor do investimento | % participação | Método de Consolidação | Observações |
|--|-----------------------|----------------|------------------------|---------------|
| SMAS - Serv. Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra | 0 | 100% | Agregação | |
| Educa- Empresa Municipal de Gestão e Manutenção de Equipamentos Educativos de Sintra, E.M. | 58.090 | 100% | Integral | Em liquidação |
| HPEM – Higiene Pública, E.E.M. | 0 | 100% | Integral | Em liquidação |
| Sintraquorum – Gestão de Equipamentos Culturais e Turísticos, E.E.M | 2.067.044 | 100% | Integral | |
| EMES – Empresa Municipal de Estacionamento de Sintra, E.M | 677.060 | 100% | Integral | |

ESTRUTURA DO ATIVO

As empresas EDUCA e HPEM, conforme mencionado no ponto 2. do presente relatório, encontram-se em processo de liquidação dando assim cumprimento ao aprovado, em Fevereiro de 2014, pelo executivo camarário e pela Assembleia Municipal de Sintra.

A empresa Sintra Quorum, será objeto de liquidação e internalização com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2015, conforme decisão da Assembleia Municipal de Novembro de 2014.

3.2 – ENTIDADES NÃO INCLUIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

No quadro seguinte apresentamos o conjunto das participações financeiras do Município não incluídas no perímetro de consolidação.

| Entidade | Valor investimento | % participação | Provisão |
|---|--------------------|----------------|--------------|
| AMTRES - Associação dos Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra p/ o Tratamento de Resíduos Sólidos | 2.945.577 | Não aplicável | 0 |
| Parques de Sintra - Monte da Lua, SA | 1.755.000 | 15% | 0 |
| SANEST - Saneamento da Costa do Estoril, SA | 1.347.500 | 12,5% | 0 |
| José de Mello Saude - Sociedade Gestora de Participações de Capital - Hospital Amadora Sintra | 5.000 | 6% | 5.000 |
| Municipia, E.M., SA | 6.911 | 0,15% | 0 |
| Total | 6.059.988 | | 5.000 |

As participações financeiras cuja percentagem de capital detida seja inferior a 20% são valorizadas pela CMS ao valor de aquisição.

Nos termos da “Nota Explicativa – Consolidação de Contas pelos Municípios”, as entidades intermunicipais e associativas municipais “são entidades mãe ou consolidantes pelo que nunca integram os perímetros de consolidação de qualquer município”, pelo que a participação na AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos não foi objeto de consolidação.



3.3 – DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com o “Manual de Consolidação da Câmara Municipal de Sintra”, documento no qual são identificadas as entidades que integram o perímetro de consolidação, os métodos de consolidação, homogeneização das operações intragrupo e ainda critérios valorimétricos e princípios contabilísticos uniformes para todo o grupo, com as exceções referidos no ponto VIII da ABDR, embora de valores considerados imateriais.

Neste exercício, apesar dos esforços desenvolvidos, os registos contabilísticos, entre as entidades que fazem parte do perímetro de consolidação, ainda não são totalmente coincidentes. Como consequência, no final do exercício de 2014, as divergências apuradas, no montante de 52.277 euros foram registados como diferenças de consolidação, nos capitais próprios consolidados.

No quadro seguinte apresentamos as diferenças de consolidação apuradas para cada uma das entidades incluídas no perímetro de consolidação, conforme referido na nota 10 do ABDR:



| Entidade | 2013 | 2014 | Variação |
|---|-------------------|------------------|-----------------|
| SMAS - Serv. Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra | 0 | | 0 |
| Educa-Empresa Municipal de Gestão e Manutenção de Equipamentos Educativos de Sintra, E.M. | 13.410.648 | 0 | Em liquidação |
| HPEM – Higiene Pública, E.E.M. | 2.134.014 | 0 | Em liquidação |
| Sintraquorum – Gestão de Equipamentos Culturais e Turísticos, E.E.M | 1.840.516 | 1.840.516 | 0 |
| EMES – Empresa Municipal de Estacionamento de Sintra, E.M | 295.752 | 295.752 | 0 |
| Sub-total | 17.680.930 | 2.136.268 | 0 |
| Diferenças consolidação resultante de não conciliação dos saldos/movimentos intra-grupo | 172.906 | -52.277 | -225.183 |
| TOTAL | 17.853.836 | 2.083.991 | -225.183 |

As diferenças de consolidação, no montante de 2.136.268 euros, correspondem ao diferencial entre os capitais próprios da participada, no final do exercício de 2010, e o respetivo valor de aquisição.

A partir desta data as eventuais variações de capitais próprios da participada integram os capitais próprios do grupo pelo que as diferenças de consolidação então apuradas não sofrem qualquer alteração.

Conforme referido no ponto 2 do presente relatório, em resultado do processo de liquidação em curso e da consequente transferência de ativos e passivos das empresas EDUCA e HPEM, as diferenças de consolidação destas entidades em 31 de Dezembro de 2014, são nulas.



3.3 – RELATÓRIO DE GESTÃO

O relatório de gestão consolidado é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas e complementa-as adequadamente.

3.5. NOTA FINAL

CONCLUSÃO GLOBAL

Face ao exposto, atendendo ao referido na Certificação Legal das Contas, somos de opinião que o Relatório de Gestão Consolidado, o Balanço Consolidado, a Demonstração dos Resultados Consolidada, o Mapas de Fluxos de Caixa Consolidado e os correspondentes Anexos da CMS, referentes ao exercício de 2014, merecem aprovação.

Agradecemos toda a colaboração prestada pelo Executivo Camarário e Serviços do Município e estamos ao vosso dispor para esclarecer qualquer eventual dúvida.

Com os nossos melhores cumprimentos,

Lisboa, 15 de junho de 2015

Amável Alberto Freixo Calhau